

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A configuração intra-urbana da questão social: a espacialização de
crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Belém**

ARI DE SOUSA LOUREIRO

**BELÉM
2007**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A configuração intra-urbana da questão social: a espacialização da pobreza em Belém/PA

LOUREIRO, Ari de Sousa

A configuração intra-urbana da questão social: a espacialização de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Belém / Ari de Sousa Loureiro. Belém, 2007. 82p.

Dissertação de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará. Curso de Serviço Social.

1. Espaço Público. 2. Urbano. 3. Questão Social. 4. Espacialização. 5 Criança e adolescente em Situação de Rua. 6. Belém | TÍTULO

CDD 360

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ARI DE SOUSA LOUREIRO

A configuração intra-urbana da questão social: a espacialização de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Belém

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a. Dr^a. Maria José de Souza Barbosa
(Orientadora - UFPA)**

**Prof. Dra. Maria Elvira Rocha de Sá
(Membro – UFPA)**

**Prof. Dr. Gilberto Miranda Rocha
(Membro – UFPA)**

Senhas (1992)
Adriana Calcanhotto

Eu não gosto do bom gosto
Eu não gosto do bom senso
Eu não gosto dos bons modos

À sociedade que me oferece todos os subsídios necessários para compreendê-la e, ao mesmo tempo, tem direcionado às lutas cotidianas para que possamos imprimir novas conquistas diferenciadas na equidade e justiça social.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sua iluminação em todos os momentos, pelas pessoas que tive o prazer de conhecer em minha vida, por ter me guiado e estado comigo durante cada instante.

À minha família, por estarem comigo, pelo apoio e preocupações demonstradas durante todo o percurso da minha trajetória profissional, um beijo em seus corações.

A minha orientadora, amiga Maria José Barbosa, Zezé, por sua orientação e amizade durante todo este trabalho, pelo seu conhecimento passado, por ter compreendido e ajudado sempre que alguma dificuldade se apresentava.

A todos que compõem o Observatório Paraense de Políticas Municipais, que se

LISTA DE QUADROS

01	Evolução da rede urbana amazônica e do espaço urbano de Belém	30
----	---	----

LISTA DE FIGURAS

01	Distritos Administrativos do Município de Belém, segundo dimensão territorial - 2000	40
02	Distritos Administrativos de Belém, segundo população 1996/2000	43
03	Espacialização das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém, segundo Distritos Administrativos / Concentração	57
04	Espacialização das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém, segundo local de moradia / Distrito Administrativo	58
05	Espacialização das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém, segundo local de moradia / bairro	59
06	Espacialização das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém, segundo Distrito Administrativo e atividade/trabalho	60
07	Espacialização das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém, segundo Distrito Administrativo e atividade/esmolando	61
08	Espacialização das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém, segundo Distrito Administrativo e atividade/perambulando e transitando	62
09	Espacialização das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém, segundo Distrito Administrativo com menos de um salário mínimo	77

LISTA DE TABELAS

01	População residente e áreas, segundo Distrito e Bairro, no Município de Belém – (1996 – 2000)	41
02	Frequência de crianças e adolescentes, por local de origem	50
03	Local de procedência e município em que o entrevistado reside atualmente	50
04	Crianças e adolescentes, por Distritos Administrativos, segundo sexo e turno das entrevistas	52
05	Crianças e adolescentes, por Distrito Administrativo, segundo atividade	53
06	Criança e adolescente, por Distrito Administrativo, segundo escolaridade	55
07	Criança e adolescente, por Distrito Administrativo, segundo idade	55
08	Criança e adolescente, por Distrito Administrativo, segundo característica étnico/racial	56
09	Criança e adolescente, por Distrito Administrativo, segundo o responsável	63
10	Frequência de atividades desenvolvidas pelo responsável	64
11	Criança e adolescente, por Distrito Administrativo, segundo pessoas com quem mora	65
12	Criança e adolescente, por Distrito Administrativo, segundo o número de pessoas com quem mora	67
13	Criança e adolescente, por Distrito Administrativo, segundo o número de irmãos	68
14	Criança e adolescente, por Distrito Administrativo, segundo quem sustenta a casa	69
15	Criança e adolescente, por Distrito Administrativo, segundo situação escolar	70

16	Criança e adolescente, por Distrito Administrativo, segundo horário em que estuda	70
17	Criança e adolescente, por Distrito Administrativo, segundo condição escolar	71
18	Criança e adolescente, por Distrito Administrativo, segundo tempo fora da escola	72
19	Frequência de motivos para estar fora da escola	72
20	Frequência de motivos para nunca ter estudado	73
21	Criança e adolescente , por Distrito Administrativo, segundo dias da semana em que fica fora de casa	74
22	Criança e adolescente, por Distrito Administrativo, segundo horas de permanência na rua	75
23	Criança e adolescente, por Distrito Administrativo, segundo rendimento mensal	76

LISTA DE ABREVIATURAS

CDM - Centro de Defesa do Menor

COMDAC - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DABEL - Distrito Administrativo de Belém

DABEM - Distrito Administrativo do Bangui

DAENT - Distrito Administrativo do Entroncamento

DAGUA - Distrito Administrativo do Guamá

DAICO - Distrito Administrativo de Icoaraci

DAMOS - Distrito Administrativo de Mosqueiro

DAOUT - Distrito Administrativo de Outeiro

DASAC - Distrito Administrativo da Sacramento

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FUNPAPA - Fundação Papa João XXIII

OPPM - Observató3117(s)9.71032(e)-4.3.33117(s)-0.295585(i)1.87(l)1.87(e)-4.33117(i)1.87012

LOUREIRO, Ari de Sousa. A configuração intra-urbana da questão social: a espacialização de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Belém. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará

RESUMO

Esta dissertação pretende contribuir para o aprofundamento das discussões sobre as espacializações da questão social e, em especial, a situação de rua que envolve crianças e adolescentes na cidade de Belém. Aborda a questão a partir da noção de espaço público e produção urbana, assim como estabelece a compreensão dos processos formativos ocorridos na cidade desde o seu surgimento e revela as discrepâncias das formações ocorridas pelas segregações sociais. Desenvolve metodologicamente a formação das espacializações das diversas variáveis que perpassam a questão social, objeto do trabalho. Está dividida em duas partes, onde a primeira privilegia a compreensão do espaço público e a formação intra-urbana de Belém e a segunda que revela as formações dos quadros vividos a partir da trama que crianças e adolescentes vivenciam nos oito Distritos Administrativos de Belém.

ABSTRACT

This dissertation intends to contribute for deepen the discussions on the specialization of the social subject and, especially, the street situation that involves children and adolescents in the city of Belém. It's approaches the subject starting from the notion of public space and urban production, as well as it establishes the understanding of the formative processes happened in the city from it's appearance and reveals the discrepancies of the formations happened by the social segregations. It develops methodologically the formation of the specialization of the several variables that pass the social subject, I object of the work. It is divided in two parts, where the first privileges the understanding of the public space and the intra-urban formation of Belém and Monday that he/she reveals the formations of the pictures lived starting from to you scheme that children and adolescents live in the eight Administrative Districts of Belém.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE ABREVIATURAS	ix
Resumo	x
Abstract	xi
Introdução	13
Parte I – Entre o espaço público e a formação intra-urbana da cidade de Belém	19
Capítulo I – A produção do espaço urbano de Belém e suas espacialidades sociais	20
1.1. O espaço público e a formação das diversidades constitutivas dos espaços sociais	21
1.2. A produção do espaço da cidade	26
1.3. A configuração intra-urbana e a segregação sócio-espacial de Belém	29
Parte II – A espacialização intra-urbana da questão social: o caso das crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Belém	47
Capítulo I – A espacialização intra-urbana de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Belém, segundo seus Distritos Administrativos	48
1. Perfil sócio-demográfico das crianças e adolescentes em situação de rua no Município de Belém	49
1.1. Procedência e local de residência dos entrevistados	49
1.2. Sexo e turno da entrevista realizada junto às crianças e adolescentes em situação de rua	51
1.3. Atividades desenvolvidas na hora da entrevista	52
1.4. Escolaridade e idade das crianças e adolescentes em situação de rua	54
1.5. Divisão étnico-racial dos entrevistados	55
1.6. Pessoas responsáveis pelas crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém	63
1.7. Atividade principal do responsável	64
1.8. Com quem o entrevistado mora	65
1.9. Quantas pessoas moram com os entrevistados	66
1.10. Quantos irmãos/irmãs possuem as crianças e adolescentes entrevistados?	67
1.11. Quem sustenta a casa das crianças e adolescentes em situação de rua?	68
1.12. Condição educacional das crianças e adolescentes em situação de rua	69
1.12.1. Para os que estudam: horário em que estudam	70
1.12.2. Crianças e adolescentes em situação de rua que não estudam	71
1.12.3. Dos que já estudaram, quanto tempo faz que pararam de estudar	71
1.12.4. Porque a crianças e adolescente pararam de estudar?	72
1.12.5. Para os que nunca estudaram	73
1.13. Quantos dias o entrevistado vai para a rua?	73
1.13.1. Número de horas que o entrevistado passa na rua por dia	74
1.14. Valores que ganham os entrevistados que trabalham ou pedem nas ruas	75
Considerações Gerais	78
Bibliografia	80

Introdução

Há nesta dissertação um resultado histórico que envolve a cidade de Belém, que precisa ser considerado em algumas dimensões políticas e metodológicas, das quais se necessita arrolá-las desde já para que subsidie a leitura de forma mais qualificada do processo e que incidem neste trabalho final, quais sejam:

1. A compreensão da questão social que envolve as crianças e adolescente na cidade de Belém incide no entendimento das lutas pelos movimentos sociais de seus direitos;
2. a ruptura com as perspectivas especulativas da questão social que envolve o segmento que esta dissertação adota;
3. a visão estratégica advinda a partir de uma pesquisa singular, que desdobra-se há mais de 14 anos;
4. a compreensão dos meandros intra-urbanos no processo formativo das políticas públicas.

A primeira questão adotada como referência deve ser compreendida a partir da tradição que a cidade de Belém possui na luta pelos direitos da criança e adolescente, datado da década de 70, quando em pleno período da autocracia burguesa aconteciam experiências que propunham mudanças nas metodologias dos trabalhos sociais desenvolvidos.

A exemplo deste cenário de intervenções que ocorriam há um que singularmente ramificasse nos meandros institucionais, o da República do Pequeno Vendedor, através de um personagem histórico, que se arrojou na defesa intransigente dos direitos sociais, padre Bruno Sechi.

Figura singular, cabeça incomum e, que se desdobra a partir da matriz religiosa da filosofia de Dom Bosco, já que este se envolve institucionalmente e advém do segmento dos Irmãos Lassalistas. Desenvolveu em consonância com as perspectivas desenvolvidas em nível nacional a matriz metodológica de um trabalho aberto e não institucionalizado.

É importante compreender que neste período de experiência, da década de 70 até meados da década de 80, a questão das crianças e adolescentes em situação de rua desdobrava-se na perspectiva da institucionalização da questão da

pobreza, em grandes centros dos então chamados centros de internamentos de menores, aqui no Pará, denominaram de Centro de Reeducação, que de fato só impingiam a marca das violências das instituições totalizadoras.

Neste movimento e associados a outras organizações sociais que se dimensionavam em nível não governamental impulsionou-se espaços de defesas dos direitos das crianças e adolescentes. Em 1984 surge uma experiência de movimento de meninos e meninas de rua, que se expande e se alarga em escala nacional, um movimento bem sucedido na defesa e que teve papel decisivo nas referências estabelecidas na Constituição Federal e na lei que regulamentou os direitos estabelecidos em seus artigos, no caso, surge uma Lei pautada na Doutrina da Proteção Integral, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

A cidade de Belém ganhou um forte movimento de articulação na defesa da criança e adolescente em situação de rua, com participações decisivas no desenvolvimento da garantia de políticas públicas e das construções legais dos seus direitos.

Surge entre outros espaços políticos, o Fórum Paraense dos Direitos da Criança e do Adolescente¹ que culminou na afirmação e consolidação dos direitos dispostos no ECA, a Constituição do Estado do Pará e de várias Leis Orgânicas dos Municípios paraenses. Neste ponto, pode-se afirmar que Belém foi um palco de consolidação da defesa dos direitos sociais.

Outro cenário que serve de base para a direção da construção da dissertação foi em relação aos segundo aspecto, pois com a força adquirida pelos movimentos sociais que buscavam as garantias sociais ao segmento criança e adolescente foram as ausências de informações precisas que medeiam e possibilitem a formação racional da questão social vivida pelo segmento, a situação de rua, já que tanto a partir do governo, quanto da sociedade civil organizada era insipiente a informação sobre a realidade vivida dentro da cidade de Belém.

Os dados eram produzidos a partir das informações secundárias de instituições oficiais de pesquisa, no caso o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que de modo geral eram utilizadas variáveis que revelam

¹ É importante registrar que o autor esteve participando deste Fórum enquanto coordenador, inclusive levando-o a elaborar seu trabalho de conclusão do curso de Serviço Social da UFGA, com o título: A relação entre Estado e Sociedade Civil em um espaço contraditório: o Fórum Paraense dos Direitos da Criança e Adolescente.

quadros de pobreza, mas não detalham as singularidades, pois a metodologia adotada pela Instituição não alcança a formação dos quadros da situação de rua, muito menos revela as formações sócio-espaciais desta questão social.

Os dados eram necessários para criar uma política mais abalizada e que fossem exequíveis no seu enfrentamento enquanto política. As determinações legais estabelecidas pela nova ordem constitucional obrigaram o poder público, neste caso, o município, enquanto ente federado responsável pela execução a planejar de forma mais qualificada e sem especulações sobre a realidade social.

A Instituição no Município de Belém responsável pela política de assistência social é a Fundação Papa João XXIII e que passava a partir de 1990 a adotar a responsabilidade pela execução de ações junto às crianças e adolescentes em situação de rua, entre outras obviamente.

Dentro do processo de compreensão deste trabalho, insere-se a terceira organização estabelecida para revelar esta introdução, que é a pesquisa enquanto base e suporte às decisões estratégicas e neste caso, o autor desta dissertação possui uma relação de identidade marcadamente profunda com a sua constituição.

Assistente social vinculado enquanto estatutário da FUNPAPA desde janeiro de 1991 a janeiro de 1996 teve enquanto exercício profissional a possibilidade de provocar a transposição de mudanças na forma da percepção das questões sociais e da forma da produção do planejamento da política pública.

Criou uma metodologia que fora articulada para quantificar as crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Belém que a partir da sua base de dados é possível espacializar sua dimensão intra-urbana com as revelações de variáveis que podem auxiliar o desenvolvimento de ações mais organizativas e de enfrentamentos mais qualificados.

A Instituição aceitou o desafio de realizar uma pesquisa inédita e de dimensão municipal, em nível censitário, junto às crianças e adolescentes em situação de rua. Metodologicamente adotou-se a organização da pesquisa nos oito Distritos Administrativos de Belém, com uma carga horária ininterrupta de 24h, com variáveis e uso de ferramenta tecnológica que permitiu a construção de banco de dados, tabulados no programa SPSS (*Statistic Package for Social Sciences*) para leitura em ambiente Windows.

A primeira versão, outubro de 1993 provocou grandes debates institucionais, tanto internamente quanto externamente com outras organizações sociais. Talvez, a grande questão era saber se de fato a metodologia adotada poderia ser confiável e possivelmente usada enquanto base para a revelação da questão social.

Entre os debates mais fortes e que confirmaram a capacidade metodológica adotada foi o que incidiu em um amplo seminário, em fevereiro de 1994, com instituições participantes da defesa da criança e do adolescente, tais como: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belém – COMDAC/Belém; Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público – Promotoria da Infância e Juventude, Centro de Defesa do Menor – CDM, Fórum Paraense dos Direitos da Criança e do Adolescente, entre outras de caráter sindical, comunitários e outras expressões do movimento, assim como a participação de órgãos do governo estadual e municipal. Após esta consolidação a base de dados pôde ser utilizada amplamente por organizações governamentais e não governamentais.

A segunda versão ocorre no segundo semestre de 1998, com a participação da FUNPAPA enquanto financiadora e com a adesão da ACERTAR, por onde o autor desta dissertação se vinculou, já que naquele momento o mesmo já era docente do quadro do Serviço Social da UFPA e a requisição da Prefeitura Municipal de Belém era que a execução fosse desta organização. Utilizou-se a mesma metodologia para o levantamento dos dados e do seu tratamento.

Neste processo de trabalho a pesquisa é desenvolvida novamente no segundo semestre de 2003, neste momento sendo ampliada para as organizações que trabalhavam com a questão social desta dissertação, que financiaram a pesquisa e que passou a ser conduzida em conjunto pela ACERTAR e o Observatório Paraense de Políticas Municipais - OPPM², da qual este autor é coordenador.

Observa-se que a base da pesquisa que esta dissertação revela é fundamental para a compreensão da qualificação das informações e do uso destas para as especializações intra-urbanas e conseqüentemente das estruturas das políticas públicas.

² O OPPM é um programa vinculado a UFPA, Centro Socioeconômico e ao Curso de Serviço Social e vem desenvolvendo pesquisas e extensões sobre o gestão e desenvolvimento local na Amazônia.

A compreensão dos meandros que se propôs direcionar a partir do quarto elemento desta introdução revela a opção pela construção dos conteúdos aqui adotados, que se entrecruzam e possibilitam a formação da dissertação enquanto recurso acadêmico que revela um estudo em nível de pós-graduação.

A dissertação está dividida em duas partes, e esta opção não é para dividir cartesianamente o conhecimento, mas, sobretudo, para suscitar algumas ferramentas que devam ser buscadas quando da compreensão das mesmas.

A primeira revela dois argumentos que permitiram o autor e, neste caso, se espera que o leitor entenda e concorde com as bases determinadas, pois correlacionam duas categorias fundamentais para a definição das especializações intra-urbanas: 1) o espaço público que é multifacetado por amplitude que não pode ser simplificado como espaço de governo e sim de tensões e diálogos que as dinâmicas humanas realizam, tanto na exclusão quanto nas inclusões, pois reproduzem arrojados discursos ideológicos e práticos da vida social burguesa; 2) a produção do espaço urbano em Belém, revelado pelas compreensões da formação de uma cidade que se determina dentro da lógica capitalista e se conforma historicamente em níveis que alteram as formas e conteúdos. Nesta dimensão Belém, Município do Estado do Pará é tratado enquanto um objeto espacial que abstraído todas as outras questões, quase que um recorte ou um quadro, que revela sua singularidade e ao mesmo tempo a coloca na compreensão das dinâmicas das cidades amazônicas.

A idéia é formar subsídios que permitam ler os dados revelados e das correlações, quando de uma questão social em uma cidade, portanto, não obstante, esta dissertação pretende alcançar o debate metodológico sobre o planejamento das cidades, das suas dimensões intra-urbanas e das referências para as políticas inclusivas.

Na segunda parte da dissertação o exercício foi de determinar a formação de indicadores revelados pelas variáveis que a pesquisa possibilitou, pois se desnuda a cidade de Belém em sua conformação espacial a partir da questão social que assola os grandes centros urbanos, a situação de rua que envolve crianças e adolescentes.

Esta parte é tratada de forma geral, onde a base colocada revela a totalidade intra-urbana da questão social. São grandes cruzamentos que envolvem

os oito Distritos Administrativos com diversas variáveis, que vão desde procedência ,
sexo, estudo, renda, entre outras.

Parte I

Entre o espaço público e a formação intra-urbana da cidade de Belém

Capítulo I

A produção do espaço urbano de Belém e suas espacialidades sociais

1.1. O espaço público e a formação das diversidades constitutivas dos espaços sociais

O alargamento da esfera social na sociedade contemporânea foi provocando o encolhimento da esfera pública, culminando no reducionismo de público se considerado sinônimo de estatal, onde Arendt (1991) resgata os entendimentos greco-romanos, atribuindo ao espaço público às qualidades do que é visível, do que é visto e ouvido por todos e do que é comum a todos, embora cada um tenha seu lugar neste mundo comum.

Assim, partindo da concepção de Arendt (1991), sobre essa acepção greco-romana de esfera pública, percebe-se que no entendimento desenvolvido pelo pensamento dos antigos, que esse espaço adquire importância dentro do espaço político, onde as discussões e ações desenvolvidas centram-se nas questões de interesses públicos estendidos a todos os membros da polis. A partir desse entendimento, esfera pública e esfera privada são consideradas sob atribuições diferenciadas, sendo a primeira expressão dos interesses comuns dos cidadãos livres, a esfera da liberdade; enquanto que a segunda é remetida a esfera dos interesses individuais e da apropriação privada, os quais integram as particularidades da vida familiar. Portanto, essa concepção compreende esfera pública separada da esfera familiar ou privada, pois, como coloca Raichellis (2000, p.49), “para Arendt (1991), a polis diferenciava-se da família pelo de fato de congregar os iguais, enquanto a família era o centro da mais severa desigualdade, onde inexistia a liberdade”.

A partir dessa perspectiva verifica-se que a participação na esfera da polis é condição para o exercício da liberdade e, conseqüentemente da cidadania, já que esse espaço constitui o lugar onde os cidadãos se relacionam como iguais e tornam visíveis as manifestações de seus interesses comuns, no entanto vale considerar que o domínio sobre as necessidades da vida familiar é indispensável para que o cidadão tenha direito de manifestar-se na esfera pública, dessa forma Arendt (1981, p.40), entende que a diferenciação entre as esferas pública e privada esta relacionada à concepção de que “a esfera da polis, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na

polis”³. Dessa maneira para que o cidadão tivesse possibilidade de intervir na vida pública fazia-se necessário a comprovação de sua autonomia privada enquanto chefe de família.

Nessas considerações de Arendt (1991) a cerca das possibilidades colocadas para o espaço público, destaca-se as idéias de liberdade e igualdade como pressupostas a participação e manifestação dos cidadãos sobre assuntos que tivessem importância pública, através do discurso e da ação, que tornavam visíveis as manifestações políticas nesses espaços. Assim as idéias difundidas na Antigüidade separavam rigidamente as particularidades da polis e da esfera familiar onde se destaca que, “dentro da esfera da família, a liberdade não existia, pois o chefe da família, seu dominante só era considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos eram iguais”. (ARENDR, 1991, p. 41-42).

A igualdade difundida pelo pensamento político desse período significava viver entre pares, pressupondo dessa forma a existência de desiguais, que constituíam a maioria da população, na medida em que a participação nesses espaços públicos restringia-se àqueles que tivessem posses, os quais adquiriam naturalmente o direito de ser cidadão. “A igualdade, portanto, longe de ser relacionada com a justiça, como nos tempos modernos, era a própria essência da liberdade; ser livre significava ser isento da desigualdade presente no ato de comandar, e mover-se numa esfera onde não existiam governo nem governados” (ARENDR, 1991, p.42). Assim em contraposição as idéias difundidas na modernidade, os conceitos de liberdade e igualdade no pensamento greco-romano só adquiriam viabilidade na esfera da polis, pois só no espaço da vida pública o homem poderia ser livre e manifestar seus posicionamentos assentados no interesse social.

Portanto, falar em espaço público é falar em liberdade e democracia, Arendt (1987) em diversas passagens, faz afirmações que entrelaçam liberdade e condição humana da pluralidade. A liberdade permite que todos se manifestem no espaço público, através do discurso e da ação. Mas, para ela, não há identificação

³ Arendt (1981) ao colocar a medida do exercício da cidadania a partir das garantias das necessidades familiares corrobora para que esta questão passe a ser um elemento constitutivo das compreensões que se farão necessárias para a devida correlação que esta dissertação busca, portanto, conforme veremos nas espacializações intra-urbanas da questão social remeterá as diversas variáveis que confirmam a negação da cidadania e o não uso do espaço público enquanto direito social.

entre liberdade e soberania, identificação que “sempre foi aceita como natural tanto pelo pensamento político quanto pelo pensamento filosófico. Se a soberania e a liberdade fossem a mesma coisa, nenhum homem poderia ser livre; pois a soberania, o ideal da inflexível auto-suficiência e auto-domínio, contradiz a própria condição humana da pluralidade.” (ARENDDT, 1991, p. 246) Mais adiante, explicita que a soberania sempre é espúria quando reivindicada por uma entidade única e isolada, quer seja a entidade individual da pessoa ou a entidade coletiva da nação. “A soberania reside numa limitada independência em relação à impossibilidade de calcular o futuro, e seus limites são os mesmos limites inerentes à própria faculdade de fazer e cumprir promessas.” (ARENDDT, 1991, p. 256)

A igualdade presente no espaço público é, necessariamente, uma igualdade de desiguais que precisam ser igualados sob certos aspectos e por motivos específicos. O espaço público estabelece a realidade do próprio eu, da própria identidade. Estabelece a realidade do mundo circundante. Quando nos alienamos em relação ao mundo, há uma atrofia do espaço público. Diz Arendt que o que distingue a era moderna não é, como pensava Marx, a alienação em relação ao ego, mas a alienação em relação ao mundo. Um fator que muito contribuiu para que homem moderno ficasse alienado, foi a expropriação: “[...] a propriedade, em contraposição à riqueza e à apropriação, refere-se a uma parte do mundo comum que tem um dono privado e é, portanto, a mais elementar condição política para a mundanidade do homem.” (ARENDDT, 1991, p.257)

A questão da igualdade dos desiguais é um ponto nodal para a compreensão das exclusões sociais que se manifestam nos espaços públicos, onde se remete à alienação dos processos que as relações sociais desenvolvem e que subtraem a capacidade da construção da particularidade à coletividade.

Há neste contexto a carg(9)-4.33061(9)-4.33117(1)5.6767474(a)-4.3317(r)12.810

referir às coisas de interesse coletivo que não são suscetíveis de serem regidas pelos rigores da cognição e que não se subordinam, por isso mesmo, ao despotismo de uma só verdade, da racionalidade moral prática, cuja concepção pode muito bem ter se inspirado inclusive, nesta reflexão arendtiana.

A esfera pública burguesa tem sua expressão jurídica na forma do Estado de direito e a qualidade das coisas públicas, que Habermas (1984) liga ao sentido material de uma determinada constituição política. As funções deste Estado burguês estão vinculadas a normas gerais, proporcionando garantias jurídicas de previsibilidade. Diz que o projeto burguês de vincular toda atividade do Estado a um sistema normativo, na medida do possível sem lacunas e legitimado pela opinião pública, já almejava a eliminação do Estado, sobretudo como um instrumento de dominação. (Habermas, 1984)

Com o advento da modernidade e o crescimento da esfera social, as concepções de esfera pública e privada, bem como os limites que marcavam a diferenciação entre essas duas esferas, perde o seu caráter original, dando uma nova dimensão as concepções até então predominantes, na medida em que as questões que antes constituíam particularidades da esfera privada assumem nesse novo momento a conotação de interesse coletivo, e concomitantemente adentram aos espaços públicos.

Nesse primeiro momento ganha relevância a importância do Estado e o nascimento de uma nova esfera social, a sociedade burguesa, a noção de espaço público passa a ser considerado como sinônimo de estatal ou seja, a categoria de público passa a ser estendido àquelas pessoas que participam da esfera do poder do Estado, e as questões pertencentes a esfera privada amplia-se para o espaço dos interesses coletivos.

A configuração assumida pela sociedade moderna, onde se promoveu o esvaziamento dos espaços de discussão política e elevação das atividades econômicas ao nível dos interesses públicos, desenvolve-se como parte integrante de um processo de despolitização, onde a sociedade perde sua capacidade de apropriação sobre as necessidades e interesses coletivos, e assim perde as bases que lhes permitiam atuar nos espaços públicos.

É notória a ausência da participação coletiva nos espaços públicos e aqui se ousa a inferir que todos estão no espaço público com dimensões privadas, onde não se atém aos nexos que produzem a vida pública, portanto, pouco se dá

relevância para as adversidades e diferenças que o espaço público produz e, neste particular, o espaço social produzido pela cidade. Um espaço cindido por todos e vivido por um, em sua dimensão isolada dos contextos e das histórias que este próprio espaço produz.

Dessa forma percebe-se que a transformação operada pelo crescimento acelerado da esfera social resultou na superposição das esferas pública e privada, onde a segunda passa a expandir-se ideologicamente enquanto espaço propício ao exercício da liberdade. Assim vivencia-se na moderna sociedade capitalista a dissolução dos espaços públicos, onde a participação dos cidadãos ocorre a favor da alienação em relação ao mundo em consonância com o processo de expropriação e fortalecimento das formas de divisão e organização da sociedade de classes.

Esse movimento de estruturação da sociedade moderna demarca o conformismo e adequação dos interesses gerais às regras e normas colocadas pela modernidade, cuja essência baseia-se na competição e na perspectiva de favorecimento dos interesses essencialmente privados. As questões sociais não podem ser compreendidas apenas enquanto resultados das relações sociais capitalista, mas também enquanto pressuposto de interesse privado que a acumulação capitalista produz. A pobreza é fundamental para a consolidação das rupturas entre o público e privado. Em contraposição ao que ocorria na antiguidade, os espaços públicos tornam-se cada vez mais espaços de apropriação privada, perdendo legitimidade enquanto espaços de representação da coletividade e construção de um mundo comum.

Portanto, pode-se entender que a “perda do espaço público representa então a perda de toda uma cadeia de elementos normatizados pela ação política. O cidadão, antes autor desta ação política, passa a ser indivíduo atomizado, voltando-se privilegiadamente, para seus interesses privados” (CASTRO, 1999, p. 13). Assim as características até então predominantes, enquanto elementos intrínsecos a participação do cidadão nos espaços públicos, dentre eles a liberdade e a pluralidade de idéias expressadas através do discurso e da ação, que permitiam o desenvolvimento da sociabilidade, permutam nesse estágio de transformação da sociedade, para o campo da ação individual, onde espaço público dissocia-se da noção antiga relacionada à esfera política.

No pensamento Habermasiano, desenvolve-se o estudo de espaço público, partindo da análise da constituição histórica da sociedade burguesa, cuja evolução marca a configuração da esfera pública burguesa, enquanto elemento intrínseco a estrutura do poder estatal, e, imerso em processo, cuja característica fundamental é a valorização do mercado, enquanto mecanismo de estruturação da sociedade.

1.2 A produção do espaço da cidade

O espaço urbano é produzido por uma estrutura complexa que detém em si as diversas modalidades do uso da terra, uma organização espacial que é fragmentada e articulada, pois em sua diversidade desenvolve múltiplas relações espaciais, geradas num contexto que imprime as relações sociais capitalistas. Em Corrêa (1999) obtêm-se cinco dimensões que o espaço urbano pode ser produzido e apreendido:

1. **Enquanto espaço fragmentado** – a justaposição diferenciada do uso da terra, configurando uma divisão econômica e social da sociedade. Esta dimensão é fundamental para as derivações que se abordará no desenvolvimento desta dissertação, pois a cidade está fragmentada em territórios pré-definidos em formas de organização da reprodução do capital e, fragmenta as questões sociais de forma que sejam produzida também em territórios consolidados pela lógica da cidade capital

2. **Enquanto espaço articulado** – existem relações que determinam a diferenciação das diversas partes da cidade, que podem gerar a centralidade ou dispersão. A cidade é dispersa (TRINDADE JR, 1998) e sua a conformação organizacional em nível intra-urbano está representada pelas diversas articulações que os atores sociais produzem e constituem dentro das materializações das relações sociais capitalista.

3. **Enquanto reflexo da sociedade** – expressa a segregação sócio-espacial determinada pelas relações sociais capitalistas, que mantêm profundas desigualdades sociais e econômicas. Se for reflexo é porque algo é remetido a partir de um foco e neste sentido o foco é a centralidade privada do capital que se projeta e impõe seus resultados em direções opostas a sua acumulação, ou seja: criasse espaços da produção da riqueza e como resultado surgem espaços das pobreza.

Esta dimensão é operativa e resguardada em si a intensidade do interesse das formações das representações sociais e econômicas. A cidade é desenhada em diversos ângulos e formatos, mas sem sombra de dúvidas as suas marcas surrealistas estão bem definidas e bem localizadas nas sombras das exclusões sociais. Será visto na próxima parte desta dissertação o quanto é guarda os seus resultados mais perversos.

4. **Enquanto condicionante da sociedade** – a organização espacial reproduz relações sociais de produção, enquanto fatores determinantes às classes sociais. A produção do capital segue dentro do contexto das formações sociais e espaciais, portanto, há espaços destinados as classes diferenciadas da sociedade.

5. **Enquanto campo de lutas** – a fragmentação do espaço estabelece diversos conflitos sociais, na luta direta pelo direito a cidade. A contradição advinda da formação dos espaços públicos e sociais surge dentro dos contextos das tensões que as relações produzem. A exemplo, antecipado, são aos dados que serão trabalhados na dissertação quando se observa a formação de um corredor de circulação que crianças e adolescentes em situação de rua que moram e perderam seus vínculos familiares na cidade de Belém produzem, pois se situam em eixos da cidade que mais intensificam a circulação das mercadorias e por estarem excluídos do processo de acumulação e reprodução social criam elementos de conflitos para com a cidade.

Essas dimensões representam a amplitude da produção do espaço capitalista, que coloca em sua matriz de desenvolvimento a apropriação privada deste. Consequentemente gera fatores condicionantes a estrutura urbana de uma cidade em movimento contraditório.

A formação dos espaços segregados obedece a essa lógica de "[...] reprodução das relações sociais de produção, no bojo do qual se reproduzem as diversas classes sociais e suas frações: os bairros são os locais de reprodução dos diversos grupos sociais" (CORRÊA, 1989, p. 9).

O espaço urbano concretiza em suas dimensões o cotidiano que as classes sociais gestam em toda sua organizacional espacial. Os fixos e os fluxos possuem em si elementos que se correlacionam de forma real e concreta. Sua fragmentação, articulação, condicionamento, reflexo social estão situados dentro desse processo.

A produção do espaço é realizada pelas classes sociais. De forma singular, CORRÊA (1999) apresenta também os agentes dessa produção:

a) **os proprietários dos meios de produção** – o uso do solo urbano é determinado pela dimensão que o capital encerra, possuindo "um duplo papel: o de suporte físico e o de expressar diferencialmente requisitos locacionais específicos às atividades". (CORRÊA, 1989, p. 13) Portanto, as relações materiais desenvolvidas pelos proprietários dos meios de produção quanto à apropriação privada do espaço é um equivalente determinante. Quem detém estes meios os possui e o desenvolve, assegurando dessa forma a lógica da reprodução capitalista.

b) **os proprietários fundiários** – o aspecto principal desses agentes é o valor da terra, tanto quanto ao uso quanto à troca que o mesmo enseja. Há fatores, locacionais, que diferenciam a propriedade por classes sociais, que podem possuir a terra em áreas centrais ou periféricas. "Os diferenciais das formas que a ocupação urbana na periferia assume são, em relação ao uso-residencial, os seguintes: urbanização de status e urbanização popular." (CORRÊA, 1989, p.18)

c) **os promotores imobiliários** – são os agentes que desenvolvem estratégias que mantêm o capital imobiliário em produção e circulação;

d) **o Estado** – é o agente regulador do uso do solo, viabilizador das condições gerais de produção, proprietário fundiário e promotor imobiliário. Mantém preferencialmente a lógica a partir das condições sociais capitalistas e dentro do processo, contraditório, sofre reflexos das tensões sociais, geradas pelos movimentos sociais, que também impulsiona as novas determinações do espaço produzido. "A atuação do Estado se faz, fundamentalmente em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações" (CORRÊA, 1989, p. 26).

e) **os grupos sociais excluídos** – esses agentes carregam em si as marcas das contradições. Sofrem no cotidiano os processos de segregação sócio-espacial. São impulsionados a ir se estabelecer em áreas que não sofreram as melhorias ambientais, sociais e econômicas e/ou estão localizadas em espaços distantes do centro. "A segregação residencial é uma expressão espacial das classes sociais". (CORRÊA, 1989, p. 61).

Esses agentes não podem ser compreendidos de forma estanque, desarticulados e situados numa única direção. Eles se correlacionam e produzem o espaço dentro das dimensões que a dinâmica intra-urbana demanda. Produziram o espaço urbano de Belém, conformaram uma cidade centrada nas condições de produção e reprodução do capital com uma evolução típica da cidade amazônica, vejamos:

A amplitude da diversidade que a produção do espaço da cidade desenvolveu precisa ser revelada e analisada. A sua formação intra-urbana vem traduzindo peculiaridades que determinam as suas forma atual, reflexo de um processo histórico posto à região amazônica.

1.3. A configuração intra-urbana e segregação sócio-espacial em Belém

Esse processo vem sendo marcado pela estruturação e reprodução das condições desenvolvidas desde o período colonial português até o presente atual. Observamos que o modo de produção capitalista vem assumindo uma característica peculiar, própria do desenvolvimento das forças produtivas da Amazônia, que, necessariamente, passa pela compreensão dos períodos do Brasil colônia até a atualidade, clarificando a evolução da estrutura urbana da cidade de Belém.

É preciso esclarecer que esses períodos tiveram um papel fundamental e deram segmento à estruturação da região amazônica, criando as condições necessárias para a organização sócio-espacial da cidade de Belém, tornando-a uma das principais cidades da região Amazônica.

⁴ Leal (1991) propõe uma subdivisão em quatro grandes

QUADRO 01 - EVOLUÇÃO DA REDE URBANA AMAZÔNICA E DO ESPAÇO URBANO DE BELÉM

Período	ELEMENTOS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL	PRINCIPAIS ELEMENTOS DA CONFIGURAÇÃO DA REDE URBANA	PRINCIPAIS ELEMENTOS DA CONFIGURAÇÃO URBANA DE BELÉM
Exploratório	1499 a 1542 . Vicente Pinzon toca a foz do Amazonas. . Diego de Lepe e Diego de Ordaz e mais dez diferentes expedições tentaram penetrar na região. . Expedição de Orellana constatou a extraordinária riqueza existente na região. . Reconhecimento da Amazônia com vistas à sua ocupação imediata.		
Colonial Português	1ª Fase 1616 a 1655 . Início da conquista do território amazônico. . Interesse em assegurar a defesa do território. . Perspectiva de controle econômico.	- Fundação da cidade de Belém (1616): localização estratégica de caráter político-militar. - Criação dos núcleos de Souza do Caeté (Bragança) 1633; e Vila Viçosa de Sta. Cruz do Cameté (Cameté) - 1635, a partir de Belém.	Traçado urbano marcado pela espontaneidade. Forte do Presépio (do Castelo) como foco do traçado urbano. Inexistência de segregação ou de especialização funcional urbana. Tendência inicial de evitar as áreas alagadas ou alagáveis.
	2ª Fase 1655 a 1750 . Economia baseada no trabalho indígena e no sistema de aviação. . Controle e gestão da vida econômica e social pelas ordens religiosas. . Economia voltada para a exportação das "drogas do sertão"	- Surgimento de núcleos populacionais ao longo do vale do Amazonas - embrião da rede urbana. - Presença de fortins e aldeias missionárias ao longo dos vales dos rios. - Surgimento de aldeias missionárias - Ex. Surubiú (Alenquer), Jamundas (Faro), Gurupatiba (Monte Alegre), Mariuá (Barcelos) - próximas às aldeias indígenas, ou sob a proteção de um fortim às margens do Amazonas ou à foz de seus afluentes - Ex: Santarém (Tapajós), Óbidos (Amazonas), Tefé (Japurá). - Criação do Forte de São José do Rio Negro (1660) - Aldeia Missionária de Manaus no Lugar da Barra (próximo da embocadura do Rio Negro). Reafirmação de Belém como centro regional.	- Expansão voltada para a apropriação de terras altas, reafirmando a fuga ou transposição de áreas alagadas ou alagáveis. - Configuração de dois bairros: o da Cidade (núcleo original) e o da Campina (núcleo mais recente). - Presença marcante dos edifícios religiosos (expressão espacial da acumulação de riquezas), que contrastavam com o casario de um pavimento. - Presença de outras fortificações militares: fortes, baterias, etc. - Incipiente especialização funcional do espaço devido às atividades comerciais. Ex: Rua dos Mercadores e Rua da Praia. - Segregação sócio-espacial inexpressiva. - Projeto urbano voltado para arruamentos e concepções de fortes, igrejas e conventos.
	3ª Fase 1750 a 1778 Expansão das atividades produtivas. - A Cia Mercantil do Grão Pará e Maranhão assume o controle econômico e mercantil. - Doação de terras para colonos e soldados. - Política pombalina de inserção da economia amazônica no mercado mundial - expulsão dos jesuítas. - Introdução da mão-de-obra escrava africana e estímulo a uma agricultura comercial (cacau, café, fumo, anil, baunilha, etc.) e a pecuária. - Ratificação do sistema de aviação - importação de produtos manufaturados e produção exportável.	- Ratificação e reforço da rede urbana e da primazia de Belém. - As aldeias missionárias são transformadas em vilas, recebendo outras denominações: Alenquer, Aveiro, Faro, Óbidos, Santarém, etc. - Belém passa a ser a capital do Grão Pará e Maranhão - fator locacional. - Criação de novos fortes. Ex: Tabatinga e São Joaquim (limites das terras em disputa com a Espanha). - Cria-se a Capitania de São José do Rio Negro, com capital em Barcelos.	- Rápido crescimento devido às funções econômicas e político-administrativas exercidas pela cidade. - Maior diferenciação intra-urbana devido ao padrão heterogêneo das edificações públicas e particulares. - Presença de construções mais suntuosas concebidas pelo arquiteto holandês Antônio José Landi. - Projetos voltados para construções prediais em detrimento ao espaço público. - Problema higiênico-sanitário devido à centralização de áreas de baixadas, como alagado do Piri entre o bairro da Cidade e o da Campina. - Presença de "rocinhas" (sítios, cuja residência principal possuía uma concepção arquitetônica bastante peculiar) nas imediações da cidade.

QUADRO 01 - EVOLUÇÃO DA REDE URBANA AMAZÔNICA E DO ESPAÇO URBANO DE BELÉM (Continuação)

Período	ELEMENTOS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL	PRINCIPAIS ELEMENTOS DA CONFIGURAÇÃO DA REDE URBANA	PRINCIPAIS ELEMENTOS DA CONFIGURAÇÃO URBANA DE BELÉM
<p>Transição - Colonial Português/Vinculação ao Capitalismo Hegemônico</p>	<p>4ª Fase 1778 a 1850</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estagnação econômica regional. - Queda da demanda de produtos regionais no mercado europeu - declínio econômico regional. - Extinção da Cia. Do Grão-Pará e Maranhão. - Arrefecimento da Expansão agrícola 	<ul style="list-style-type: none"> - Estagnação na vida urbana. - Transferência da capital de São José do Rio Negro: de Barcelos para o Lugar da Barra (Manaus). - Concentração dos recursos e das riquezas em Belém. - Existência de vários núcleos pequenos. - Ausência de cidades de tamanho intermediário. - Cristalização de uma rede urbana dendrítica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Efeitos intra-urbanos do declínio econômico e das repercussões políticas do movimento da Cabanagem (1835-1840). - Arrefecimento do crescimento urbano. - Precariedade dos serviços e do abastecimento urbano. - Obras de ensecamento do Piri (integração física dos bairros da Cidade e da Campina) e na área frontal da cidade, aproveitando a mão-de-obra ociosa. - Nítido embrião de segregação sócio-espacial.
<p>Vinculação ao Capitalismo Hegemônico</p>	<p>1ª Fase 1850 a 1920</p> <ul style="list-style-type: none"> - Período do "boom" da borracha - Superação do problema do sistema de transporte e da escassez da mão-de-obra. - oferta de capitais para o financiamento da produção. - reforço ao sistema de "aviamento", viabilização da produção, circulação, consumo e da estrutura do poder. 	<ul style="list-style-type: none"> - Revigoração econômica e demográfica das cidades já existentes. - Intensificação das relações entre os núcleos de povoamento. - Surgimento de novos centros urbanos na Amazônia Ocidental, sem sua maioria sedes de seringais: Manicoré, Boca do Acre, Xapuri, Tarauacá e Parintins. - Prosperidade de cidades como Belém, Manaus, Santarém, Óbidos, Itacoatiara e Parintins. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grande crescimento populacional e expansão urbana significativa. - Investimento em infra-estrutura (sistema viário, arruamento, cais, calçamentos, abastecimento de água, iluminação, etc.), com forte influência européia (<i>Belle époque</i>). - Especialização funcional do centro comercial: maior número de lojas, bancos, consulados, etc. - Maior segregação sócio-espacial e diversificação das localizações: sofisticadas residências nos bairros de Nazaré, B. Campos e Umarizal. - Setor secundário embrionário (bairros do Comércio e Reduto). - Melhoramentos urbanos de caráter essencialmente elitista, principalmente na gestão de Antônio Lemos, com assessoria de técnicos estrangeiros especializados. - Projeção e expansão urbana para os bairros do Marco e da Pedreira.
	<p>2ª Fase 1920 a 1960</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nova estagnação econômica, fruto da queda da demanda da borracha. - Aumento da dívida pública interna. - Refluxo populacional e relativa autarcização dos seringais. - Diminuição absoluta da população das pequenas cidades. - Destaque econômico: produção da juta no Médio Amazonas e da castanha-do-Pará, no Tocantins/Itacaiúnas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estagnação urbana. - Prosperidade urbana restrita às cidades do Médio Amazonas, em virtude da produção da juta: Santarém, Parintins e Itacoatiara. - Criação dos territórios do Amapá, Rondônia e Roraima (dec. de 40): funções urbanas político-administrativas para Macapá, Boa Vista e Porto Velho. - Belém e Manaus: foco de êxodos rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento populacional devido à retração nas áreas extrativas. - Consolidação de setor industrial no Reduto e Comércio, com capital originado da borracha. - Queda de qualidade e estagnação nos setores de transporte coletivo e energia elétrica. - Criação do "cinturão institucional" no período da II Guerra. - Forte segregação sócio-espacial: criação de vilas e passagens nas áreas mais altas pela classe média de baixo poder aquisitivo, investimentos urbanos direcionados para os bairros do Comércio e Nazaré, embrião de verticalização na área central, início da ocupação sistemática das baixadas.

Para melhor compreensão dos períodos acima apresentados faz-se necessário dividi-lo em quatro fases. Tomaremos a fase em que se aprofunda a ocupação urbana da cidade de Belém e será dividida por três elementos (TRINDADE JR, 1998, p.99 -100). Esses elementos agregam a noção de totalidade e particularidade da estrutura urbana (produção do espaço a nível regional, configuração da rede urbana e configuração urbana de Belém).

A crise da economia gomífera na região em 1912 é advinda de um novo pólo exportador, a Ásia, que racionalizou o plantio dos seringais, possibilitando a entrada do produto no mercado em grande escala e com valores inferiores aos oferecidos pela Amazônia. Ocorreu um refluxo na capacidade produtiva que redefiniu a ocupação do espaço, principalmente na cidade de Belém, que incorporou aqueles que ficaram na miséria, constituindo uma massa pauperizada que ocupou áreas periféricas na cidade.

- Produção do espaço regional - o declínio da produção da borracha, gerou uma nova estagnação econômica. Essa estagnação produziu um excedente populacional de seringueiros, que não possuía mais o trabalho e, conseqüentemente, ampliou o seu empobrecimento. Nesse ínterim surge a juta, enquanto elemento da produção econômica, estando circunscrita no Médio Amazonas;

- Configuração da rede - estagnação urbana e redistribuição territorial na região (criação dos territórios federais), e desenvolvimento do êxodo rural para as cidades de Belém e Manaus;

- Configuração urbana - incorporação populacional dos extrativistas, que realizaram o êxodo rural para a cidade de Belém, gerando a expansão urbana e ampliando a segregação sócio-espacial. A cidade começa a se verticalizar e a se expandir, cria novos adensamentos no interior da malha urbana.

O período de ocupação recente (a partir de 1960), determina uma política que "reflete uma preocupação em homogeneizar o território nacional, ocupar os 'vazios demográficos' e consolidar o capitalismo urbano industrial. Registra-se um esforço de modernização por parte do Governo Federal e um esforço de integração do território nacional" (COSTA, 1993, p. 18). Nesse processo, a Amazônia vai se configurando como espaço estratégico de ocupação e integração ao capitalismo nacional e internacional, que vislumbrava em seu potencial econômico a condição necessária para o seu desenvolvimento.

[...] expressou-se como um processo de ajustamento da economia nacional às exigências da monopolização capitalista, melhor dizendo, uma nova divisão internacional do trabalho. Nesse ínterim, a Amazônia, de modo próprio, específico, foi ganhando relevo como espaço estratégico para acumulação capitalista, regida, agora, pela lógica dos oligopólios e monopólios econômicos que gradativa e crescentemente [sic] passavam a determinar a dinâmica da economia nacional, segundo um padrão de acumulação caracterizado por ter como setor dinâmico da economia aquele voltado à produção de bens de consumo duráveis. (RODRIGUES, 1995, p. 7).

A consolidação deste período na estrutura urbana da cidade de Belém é analisada também a partir dos elementos dos períodos anteriores:

- Produção do espaço regional - O capital como meio facilitador do fluxo migratório, investiu em suas ações para explorar os recursos da região. O Estado foi interventor da infra-estrutura, construiu a Belém-Brasília, que interligou a região amazônica aos demais centros produtivos, manteve e intercambiou o mercado regional com novos espaços de produção e consumo. A implantação de grandes projetos na região amazônica provocou transformações sociais, econômicas e políticas. Como conseqüência na vida social, manteve níveis extremados de pobreza e conseqüentes periferização do trabalhador no mercado de trabalho. O impacto realizado pelo capital vem determinando as diversas contradições sócio-econômicas e políticas da atualidade, que acirra as tensões sociais no campo e na cidade;

- Configuração da rede - a região sofreu uma nova dinâmica em sua rede urbana, em razão da expansão de novos núcleos e da revigorização dos centros já existentes, que densificou o contingente populacional. Foram criados como bases dos grandes projetos, as "Company Towns", os pólos de produção industrial, a Zona Franca de Manaus, que transformou aquela cidade na metrópole da Amazônia Ocidental. Ficou concentrada a urbanização nas capitais dos Estados e, através de incentivos fiscais, foram implementadas atividades diversas, que estabeleceram a conformação metropolitana de Belém ;

- Configuração urbana - a cidade de Belém se conformou por uma crescente densidade populacional. Devido a fatores como o êxodo rural, houve o aumento da segregação, imprimindo, por sua vez, um processo de favelização da cidade, que também teve sua expansão urbana para além do limite da Primeira Léguas, atingindo o "cinturão institucional", criando uma Área de Transição, e definindo a atual Área de Expansão Urbana.

Esse período estabeleceu uma nova fase sócio-econômica para a região amazônica, criando estratégias produtivas assentadas num modelo primário-

exportador básico da econômica regional. Mantinha, contudo, as distorções no conjunto das classes sociais em nível de exploração do trabalho e de contradições vivenciadas no conjunto da sociedade, fato que caracterizou um nível extremado de pobreza.

A cidade de Belém, em todo o seu contexto histórico apresentado, estabeleceu uma estrutura urbana de forma irregular, concentrada até início da década de 1970 à Primeira Léguas Patrimonial. A expansão horizontal que partiu do trajeto inicial da formação da cidade atingiu demograficamente outras áreas vinculadas a Segunda Léguas Patrimonial, demarca a evolução da ocupação do espaço urbano.

É só a partir da densificação da Segunda Léguas que passa a se definir, com maior nitidez, uma forma metropolitana dispersa, tal a intensidade da urbanização, do crescimento da malha urbana, e dos fluxos de população para essa área. Até então, a forma metropolitana mostrava-se compacta, com uma significativa concentração populacional e densidade construtiva no interior da Primeira Léguas Patrimonial. (TRINDADE JR., 1998, p. 107)

Um dos fatores da concentração urbana está associado "[...] a não expansão, com mesma intensidade, dos equipamentos urbanos e do sistema viário para a chamada Segunda Léguas Patrimonial." (TRINDADE JR., 1998, p. 107)

Um aspecto relevante na estrutura urbano da cidade de Belém é as áreas de baixa altitude, as baixadas. Essas áreas em nível de ocupação e valorização, até a década de quarenta não despertavam interesse e investimentos urbanos. A visualização da possibilidade de apropriação dessas áreas se dá apenas numa crise urbana de ocupação do solo, sendo conduzida pela densificação populacional, a partir da década de sessenta, quando começa a ocupação recente da Amazônia, que conseqüentemente aumentou o fluxo migratório para a região e intensificou a expropriação da população.

[...] a partir dos anos sessenta as baixadas tornaram-se alvo das primeiras grandes ocupações espontâneas e **lócus** de ação dos movimentos populares urbanos, que demandavam o direito de moradia. Isso porque, a partir dessa época, as dimensões do crescimento populacional e o empobrecimento urbano definiram, em grande parte, a forma de organização do espaço belenense, que

sofreu as repercussões do processo mais recente de ocupação do espaço regional amazônico. (TRINDADE JR., 1998, p, 111)

A ocupação dessas áreas, num primeiro momento, por uma população de baixa renda, fez com que acontecesse, conforme Trindade Jr. (1998, p. 111) "[...] um processo de favelização acelerado, [...] parte de uma estratégia de sobrevivência da população pobre, em face de escassez e valorização das terras altas no interior da Primeira Léguas Patrimonial. [...]", até aproximadamente a década de setenta, que posteriormente, passaram a ser valorizadas devido à produção verticalizada desse espaço, sem, contudo, perder em parte, a conformação de uma área que ainda concentra parte de uma população de baixa e/ou sem renda.

A ocupação da área periférica mais distante, situada a partir do contorno da Primeira Léguas Patrimonial, formada por um cinturão institucional, denotavam uma baixa densidade populacional; uma ocupação menos expressiva em relação as áreas centrais, pois neste espaço, havia "[...] pouco serviços e equipamentos urbanos; fato este que contribuía decisivamente para o adensamento populacional nas áreas mais centrais [...]". (TRINDADE JR., 1998, p. 113)

Conforme, ainda, Trindade Jr. (1998) existiu um padrão de metropolização da cidade, que formou uma disparidade entre as áreas altas e de baixadas, adensada por uma população de um poder aquisitivo maior nas primeiras e, na segunda, concentrava a população de baixa renda.

Os dados do IBGE só fazem ratificar esse quadro, senão vejamos. Entre os recenseamentos de 1950 e 1960, dos vinte bairros oficialmente reconhecidos no então distrito de Belém, dezoito deles apresentaram crescimento populacional significativo, principalmente devido ao processo de favelização de algumas baixadas. Alguns desses bairros tiveram crescimento surpreendentes como no caso do bairro da condor (581%), Sacramento (216%) e Jurunas (101%) - na Primeira Léguas Patrimonial -, bem como os bairros do Souza (201%) e Marambaia (112%), na Área de Transição. [...] essa tendência persistiu durante as décadas de sessenta e setenta. Nesta última década, os crescimentos mais significativos ocorreram em bairros da periferia imediata da área metropolitana, como no caso do bairro da Terra Firme (181%), Marambaia (112%), Souza (64%) e Sacramento (44%). Esses bairros constituíram-se, na verdade, como espaços de assentamentos das camadas de baixo poder aquisitivo, através de ocupações espontâneas, ou ainda, por meio de conjuntos habitacionais e condomínios, como no caso do bairro da Marambaia. Nesta última situação, inclui-se também o então distrito de Val-de-Cães que, no período de 1970 a 1980, apresentou uma variação populacional de 373%. Seu crescimento populacional, bem superior a décadas anteriores, representa o início de um processo de dispersão que se reafirma nos anos seguintes, quando então o crescimento dos bairros e distritos distantes do núcleo central

ganharam um ritmo mais expressivo, em detrimento dos demais bairros. (TRINDADE JR., p. 121 -122)

Nesse processo de urbanização, constata-se que a periferização⁵ extrapola as áreas de baixadas, atingindo limites que vão além da Primeira Léngua Patrimonial e dos limites do Município de Belém.

Compreender essa dispersão dentro da produção social do espaço é colocar um fator como elemento determinante diante da espacialidade que se pretende investigar, a localização, que permitirá analisar a acessibilidade ou não a serviços e equipamentos urbanos, pois esta é determinada historicamente.

Os atributos dos lugares, segundo sua posição geográfica, colocam, de imediato um aspecto espacial: a distância. Porém, nem por isso a compreensão da estrutura espacial pode ser reduzida a questões de distância, como se esta fosse uma problemática puramente espacial. Na medida que a reestruturação do espaço é conformada pela história, tais atributos - o longe e o perto, por exemplo - não podem ser considerados empírica e estritamente espaciais, como se estivessem à margem do processo social [...]. A reestruturação do espaço também não é um resultado apenas dos processos sociais. Na medida que tais processos ocorrem de forma localizada, as questões relativas às diferenças entre os lugares não deixam de ser relevantes e pertinentes ao desenrolar do processo de reestruturação. Com efeito, as formas e a distribuição espacial dos fenômenos, tanto não são destituídas de história, como também, não são simples produtos do processo social. (LENCIONI *apud* TRINDADE JR. 1998, p. 129)

A partir da década de oitenta se desenvolve uma reconfiguração da estrutura urbana, se estabeleceu além da Primeira Léngua Patrimonial, devido à apropriação de novos espaços, pôde reorganizar a configuração intra-urbana.

A conformação espacial se alterou. O espaço mais central formou uma concentração e expansão vertical, tanto nas áreas altas, quanto nas baixadas. Desenvolveu uma mudança de composição das classes sociais, "[...] imprimiu-se, dessa maneira, um novo dinamismo às periferias distantes integrantes da área metropolitana" (TRINDADE JR., 1998, p. 131).

Desenvolveu-se uma nova expansão urbana para além do "cinturão institucional", que absorveu a população oriunda das áreas periféricas da Primeira

⁵ "[...] A noção de periferia vincula necessariamente os processos sociais às suas respectivas espacialidades, em especial à segregação sócio-espacial das frações sociais de baixa renda no espaço urbano. Assim sendo, independente da relação próximo/distante do núcleo central ou de um ponto cuja acessibilidade lhe garanta o atributo da centralidade, a periferização é uma dinâmica que expressa a espacialidade e a condição social de determinados agentes produtores do urbano." (Trindade Jr., 1998, p. 125)

Légua Patrimonial, formando assim, um novo adensamento populacional de baixa renda nestes espaços.

As remoções, provocadas por fatores que dizem respeito às intervenções urbanísticas e por especulação imobiliária dos terrenos que passam a uma maior valorização fundiária, revelam essa dupla mobilidade da segregação sócio-espacial, que determinam uma nova configuração do espaço apropriado socialmente pela população de maior poder aquisitivo. "Isso significa dizer que a população de baixa renda está cada vez mais deixando a Primeira Légua, incrementando o crescimento populacional na Área de Expansão metropolitana" (TRINDADE JR., 1998, p. 135)

Reafirmando esta análise, há uma demonstração da variação da densidade populacional, cujos períodos analisados por Corrêa (et al, 1999), equivalem a 1978, 1991 e 1996⁶. Observa-se nesse estudo uma nítida transformação ocorrida na Primeira Légua. Nesse período houve variação no número de habitantes por domicílio:

[...] o conjunto da Primeira Légua Patrimonial apresentou, no período 1991-96, perda populacional em termos absolutos (-3.202 habitantes) e relativos (0.51%). Esse decréscimo se fez **pari passu** ao aumento ao número de domicílios (de 136.197 em 1991 para 139.161 em 1996). Como resultado, teve-se uma diminuição na relação de habitantes por domicílio de 4,7 em 1991 para 4,6 em 1996. Referida tendência também ocorreu, com intensidade bem maior, no período 1978-91, quando a relação declinou de 5,8 para 4,7. (CORRÊA et al, 1999, p. 12)

Diante desta reestruturação urbana que a cidade de Belém passa é preciso evidenciar que há processo de expansão e conformação intra-urbana que denota uma particularidade em que:

[...] expressam os seguintes fenômenos:

- a) a expansão horizontal das áreas de concentração de atividades de comércio e serviços [...] onde se notou significativa mudança do solo residencial unifamiliar para usos terciários, resultando, assim, na intensificação do processo de centralização de atividades;

⁶ O primeiro período - 1978 - está baseado a partir dos dados da Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte - GEIPOT, que estruturou as zonas espaciais de tráfego (ZTs), O Segundo, baseou-se em tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991 e o terceiro a partir da Contagem Populacional de 1996, realizada pelo IBGE.

- b) incremento do processo de verticalização, associado à substituição do padrão residencial unifamiliar para multifamiliar, sobretudo nas partes mais centrais [...]
- c) [...] continuidade no processo de invasão-sucessão de pessoas de renda mais elevada e expulsão da população de renda mais baixa para áreas menos salubres da Primeira Léguas ou para a periferia mais a diante da cidade, aumentando assim as desigualdades sócio-espaciais no espaço belenense". (CORRÊA et al, p.16)

É essencial, portanto, visualizar essa segregação estabelecida no espaço urbano da cidade de Belém. Sua espacialidade é constituída por apropriação e uso do solo urbano, constituída por níveis de renda desenvolvendo as condições de produção e reprodução das relações sociais capitalistas na cidade.

É mister olhar a cidade de forma espacializada, compreendendo suas conexões e interseções que o espaço intra-urbano remete, possibilitando assim, vislumbrar a execução das políticas públicas, em a da questão social que esta dissertação adotou enquanto objeto de configuração espacial, a situação de rua que envolve crianças e adolescentes.

A estrutura urbana desenvolvida na cidade de Belém em todo o processo de produção do seu espaço tem levado a uma conformação dispersa que, historicamente, realizou a distribuição populacional numa acentuada segregação sócio-espacial, denotando desde a sua origem até a atualidade uma evolução urbana típica das cidades capitalistas.

A cidade de Belém é possuidora de uma segregação que distribui de forma irregular o adensamento de seus bairros. Concentrada na Primeira Léguas Patrimonial⁷ e dispersa na Segunda Léguas Patrimonial⁸, conseqüentemente desenvolveu um adensamento populacional peculiar às condições sócio-econômicas e ambientais do Município, particularizado em cada distrito e bairro, formam uma espacialidade heterogênea da estrutura espacial e da composição das classes sociais.

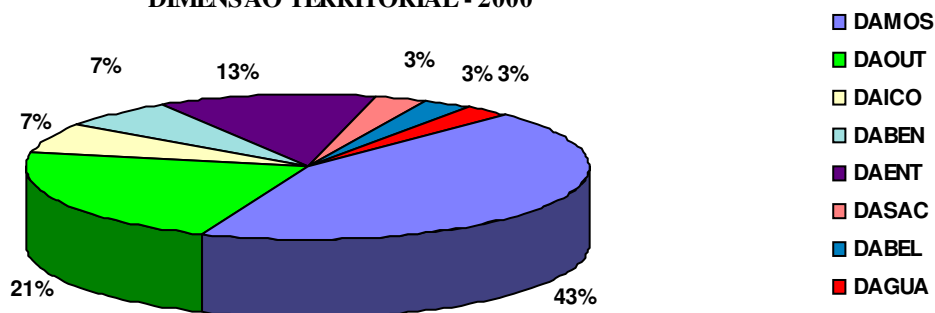
A cidade em sua atual configuração administrativa encontra-se constituída em oito Distritos - Mosqueiro (DAMOS - 220,6411 km²); Outeiro (DAOUT - 111,3956

⁷ Trindade Jr. (1998, p. 101) afirma que é uma "área de terra de aproximadamente 4.110 ha, que constitui o patrimônio fundiário inicial da municipalidade - o chamado 'rossio' -, doado pela Coroa Portuguesa em 1627. Ela obedece a um traçado de uma léguas - contada a partir do marco de fundação da cidade, o Forte do Presépio (hoje Forte do Castelo). [...] Hoje, essa área corresponde a parte mais densamente construída e valorizada de todo o espaço metropolitano, sendo, igualmente, a área onde está localizada a maior parte dos bairros oficialmente reconhecidos [...]."

⁸ "Corresponde a uma outra léguas acrescentada à Primeira Léguas Patrimonial no final do século XIX. Doadas desta feita pelo Governo do Estado, mas que, diferentemente da outra doação, não chegou a ser delimitada." (Op. Cit, p. 107).

km²); Icoaraci (DAICO - 32,9498 Km²); Benguí (DABEM - 33,6883 Km²); Entroncamento (DAENT - 64,0540 Km²); Sacramento (DASAC - 15,2911 Km²); Belém (DABEL - 13,7331 Km²) e Guamá (DAGUA - 14,0701 Km²) -, conforme Lei Municipal n.º. 7686, de 05 de janeiro de 1994. A sua compreensão sócio-espacial é relevante como instrumento estratégico de localização, de dimensão e de limites intra-urbanos, que permitirá uma análise mais detalhada do objeto a ser estudado.

FIG. 1 - DISTRITOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE BELÉM, SEGUNDO DIMENSÃO TERRITORIAL - 2000



A figura 01 demonstra o quanto há disparidade entre a dimensão territorial dos Distritos, representando graficamente a estrutura urbana da cidade de Belém. Os que possuem menor dimensão, DABEL, DASAC e DAGUA estão localizados na Primeira Légua Patrimonial. O de nível intermediário, DAENT, está localizado na Área de Transição⁹; e o DABEN e DAICO estão localizados na Área de Expansão¹⁰.

A caracterização das áreas ocupadas na cidade tem se constituído numa formação reprodutiva da lógica de processos capitalistas que levam a uma apropriação seletiva dos espaços renovados em suas condições urbanísticas, sociais e econômicas, em toda a sua evolução urbana. A condição atual da estrutura urbana mantém esta condição, expressa na segregação sócio-espacial.

A distribuição populacional denota uma discrepância em termos de adensamento, que em sua alocação espacial perpassa por duas dimensões, que precisam ser analisadas, pois constituem fonte elementar e base para construção do

⁹ "Área situada imediatamente após a Primeira Légua, onde se situam bairros como o de Val-de-Cães, Marambaia e Souza. É nessa área que também se encontra o chamado 'cinturão institucional', uma grande extensão de terrenos (cerca de 4.000 há), que contornam o limite da Primeira Légua numa espécie de semicírculo que vai da Baía do Guajará até o Rio Guamá. Doados pela municipalidade a partir de 1940, são terrenos, [...] pertencentes a instituições civis e militares". (TRINDADE JR., 1998, p. 119).

¹⁰ Em Belém, a partir de 1970 houve um crescimento populacional, que iniciou um processo de dispersão da sua estrutura urbana, atingindo áreas que ultrapassaram a área de transição, compreendido em Trindade Jr. (1998, p. 122) como Área de Expansão.

objeto de estudo, quais sejam: 1) da população e 2) da questão social – a ser tratado na próxima parte, pois estão correlacionadas ao processo de produção do espaço urbano da cidade.

A primeira dimensão incidirá em dados gerais e posteriormente espacializados em distritos e bairros, e a segunda, numa categorização das crianças e adolescentes em situação de rua, e que serão devidamente espacializados na segunda parte desta dissertação, vejam:

Tabela 01 - População¹¹ residente e áreas, segundo Distrito Administrativo¹² (1) e Bairro, no Município de Belém¹³ (1996 - 2000)

DISTRITO ADMINISTRATIVO	BAIRROS	ÁREA (Km ²)	POPULAÇÃO	
			1996	2000
DAMOS		220,6411	21.695	27.896

	Cabanagem	19.571	29.013
	Benguí	25010	28.120
	Coqueiro	33.024	36.963
	Mangueirão	26.789	32.699
	Parque Verde	25.588	31.488
	Pratinha	10128	17.974
	São Clemente	2.970	5.833
	Tapanã	38.214	51.917
	Uma	6.075	4.724
DAENT	64,0540	114..047	116.561
	Águas Lindas	6.697	10.829
	Aurá	820	1.561
	Castanheira	22.302	24.667
	Curió-Utinga (esta também faz parte do dagua)	5.267	18.892
	Guanabara	1.092	1.919
	Mangueirão	538	1.358
	Marambaia (este também faz parte do dasac)	55.946	62.370
	Souza	12.312	12.856
	Universitário	4.225	2.629
	Val-de-Cães	4.848	5.481
DASAC	15,2911	240..040	249.370
	Barreiro	25.333	24.446
	Fátima	14.630	13.206
	Maracangalha	18.962	27.767
	Marambaia	8.411	62.370
	Marco (este também faz parte do dabel e do dagua)	9.423	64.016
	Miramar	79	36
	Pedreira	69.152	69.067
	Pedreira	43.239	44.407
	Sacramenta	3.062	19.881
	São Brás (este também faz parte do dabel e do dagua)	40.618	42.785
	Telégrafo	5.294	30.064
	Umarizal (este também faz parte do dabel)	1.837	-----
	Val-de-Cães (este pertence ao daente)		
DABEL	13,7331	149.199	140.574
	Batista Campos	16.397	19.412
	Cidade Velha	10.516	12.025
	Campina	5.096	5.407
	Canudos	690	14.612
	Cremação	8.921	30.480
	Guamá	3.140	102.124
	Jurunas	5.281	62.740
	Marco	32.274	64.016
	Nazaré	20.019	18.706
	Reduto	7.138	6.998
	São Brás	12.964	19.881
	Umarizal	26.763	30.064
DAGUA	14,0701	338.309	349.535
	Batista Campos	3.028	19.412
	Canudos	14.121	14.612
	Cidade Velha	1.648	12.025
	Condor	42.181	42.038
	Cremação	22.448	30.480
	Curió-Utinga	14.436	18.892
	Guamá	94.693	102.124
	Jurunas	60.781	62.740
	Marco	27.147	64.016
	Montese	53.136	63.191
	São Brás	4.690	19.881
TOTAL	505,8231	1.160.181	1.280.614

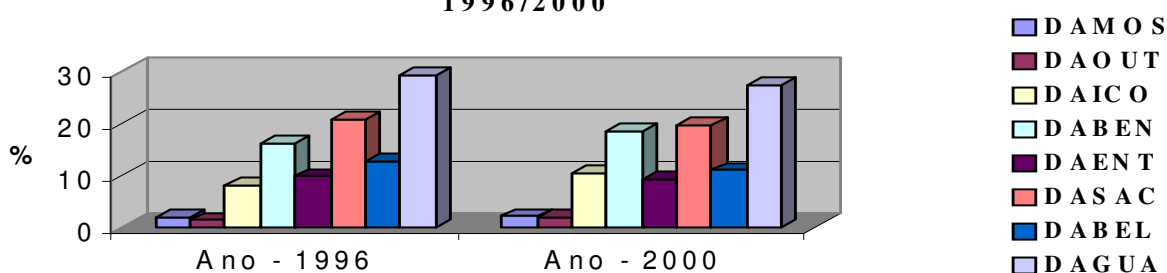
Fonte - IBGE/SEGEP - Censo 2000/ Contagem populacional 1996 - Publicação D.O.U n.º 165 de 28/08/97.

OBS1: quase todos fazem parte do DABEL, com exceção de Curió-Utinga, que faz parte do DAGUA e do DAENTE, respectivamente.

OBS2: Marco e São Brás fazem parte de 3 distritos DASAC, DABEL e DAGUA.

Estes dados visualizam a espacialidade populacional do Município de Belém, em que os distritos DASAC, DABEL e DAGUA aparecem com uma população mais concentrada que os demais distritos. Juntos, corresponde a 63% em 1996 e nos distritos DAICO, DABEN E DAENT encontra-se uma concentração de 34% em 1996, o que corresponde ao deslocamento da população na estrutura urbana, e os distritos DAMOS E DAOUT possuem uma concentração populacional extremamente pequena de 2.96% e em 1996 a 3% e em 2000 manteve-se estável.

Fig. 2 - Distritos Administrativos de Belém, segundo população - 1996/2000



Fonte: IBGE/SEGEP - 1996 - 2000

Conforme a figura anterior (Fig. 2) há uma discrepância interdistrital em nível do crescimento populacional, confirmando uma dispersão da cidade da Primeira Léguas Patrimonial para outros espaços.

O Distrito de Icoaraci - DAICO, em 1996, apresenta discrepância na concentração populacional, mas algo a ser observado na base de dados da Tabela 01 é quanto à aglomeração nos bairros da Campina de Icoaraci, Agulha e Ponta Grossa 30%, 15% e 13%, respectivamente, da população do distrito. Estes são contíguos, denotando que neste distrito a concentração está em sua extremidade norte.

Já em 2000 o DAICO apresenta alterações nas discrepâncias apresentadas em 1996, pois a aglomeração nos bairros da Campina de Icoaraci teve um decréscimo de 10%, passando de 30% para 20% o nível de aglomeração populacional, coincidindo com Ponta Grossa que sofreu também uma redução de 10% e o Bairro da Agulha sofreu uma redução de 1%. Pode-se inferir assim, que o Distrito vem se movimentando em uma reorganização sócio-espacial de forma mais equânime.

No distrito do Benguí, o Tapanã possui maior concentração (21%), seguido do bairro do Coqueiro (18%) e no mesmo percentual (14%) estão os bairros Mangueirão e Parque Verde (Ver notas 1 e 3 da tabela 1) seguidos, pela proximidade, o Bairro do Benguí, com 13%.

No distrito do Entroncamento, há uma disparidade muito grande nos bairros, havendo uma concentração populacional demasiada na Marambaia 48%, sem contar com a outra parte deste bairro que está legalmente inserida no DASAC. Caso estivesse agrupado somente no DAENT, somaria, em termos absolutos, 64.357 habitantes e relativos 52,55%. Como não está, mantém-se a divisão populacional, onde se segue Castanheira com 20% e Souza com 11%. Estes chegam a somar 79% da população, portanto, os 21% restantes encontram-se distribuído em 6 bairros.

O bairro da Pedreira (28%) Sacramento (18%), Telégrafo (17%), Barreiro (11%) e Maracangalha (8%), num total de cinco bairros, somam 82% da população residente no distrito da Sacramento, contra sete bairros restantes que somam os 18%.

No distrito Administrativo de Belém – DABEL há uma concentração populacional racionalizada. Os espaços estão distribuídos dentro de uma média equivalente, não havendo um bairro que concentre um nível superior a 22% da população do distrito.

No distrito do Guamá há uma concentração de 29% da população no bairro do Guamá, seguidos do Jurunas com 18%, Montese com 16% e Condor com 12%.

Outro aspecto relevante nessa construção diz respeito à distribuição das classes sociais na cidade, que vem denotando uma espacialidade que a configura enquanto espaço urbano que privilegia setores sociais de maior renda em áreas que possuem as condições materiais de produção e reprodução social, enquanto as de menor poder aquisitivo estão concentradas em áreas que não possuem as estruturas básicas devidas de serviços, mantendo-as em péssimas condições sociais de reprodução social, conseqüentemente apresentando uma baixa qualidade de vida.

A concentração populacional de maior renda *per capita*, está localizada em espaços cêntricos, situados na Primeira Légua, conforme apresentou Tourinho

(*et al*, 2000) em bairros que historicamente se estruturaram nas terras altas e/ou de baixadas, mas que sofreram uma renovação das suas condições ambientais, melhoradas pela implantação de um saneamento básico e por uma verticalização da moradia.

A concentração elevada de renda em 1991, podia ser verificada a partir do índice equivalente acima de 700 reais, e estava localizada nos setores urbanos que representavam os bairros da Cidade Velha, Campina, Batista Campos, Nazaré, Reduto, Umarizal e São Brás, vinculados ao DABEL. Tourinho et al¹⁴ (2000), usando a mesma base de dados, o censo demográfico de 1991, mas com um nível de renda diferenciado, localizou os:

[...] extratos de renda mais alta de R\$1.000 (mil reais) ou mais [...] em áreas contíguas ao núcleo principal ou situada próximas ao mesmo, ao longo das principais vias que lhe dão acesso. Essas áreas são constituídas, fundamentalmente, por bairros de Nazaré, Batista Campos e parte do Umarizal. No mesmo nível de renda, verificou-se também a existência: de setores próximos ao aeroporto de Val-de-Cães, ocupados basicamente por áreas residenciais de militares da Marinha e Aeronáutica; e de setores constituídas por condomínios horizontais, localizadas às margens das rodovias Augusto Montenegro e Coqueiro. (Tourinho et al, 2000, p. 11)

Bem próxima a esta alta concentração de renda, a de nível intermediário (de 500 - 699 reais) agrega apenas um setor urbano que inclui os bairros do Marco, pequena parte de São Brás e Canudos, portanto, esta renda também está concentrada no DABEL:

Em nível intermediário de renda - de R\$500 (quinhentos reais) a R\$999 (novecentos e noventa e nove reais) - tem-se além de áreas contíguas aos setores de alta renda, o corredor definido pela avenidas Duque de Caxias e Almirante Barroso, bem como conjuntos habitacionais construídos com recursos do Sistema Financeiro de Habitação, principalmente na década de 70". (Tourinho et al., 2000, p. 11)

Num terceiro nível de concentração temos o índice 300-499 reais. Agrega apenas um setor urbano, representado em sua maior parte os bairros de Val-de-Cães e Souza, pertencentes ao DAENT, e Miramar, pertencente ao DASAC.

Quanto ao índice 200-299 real, se tem os bairros: Marambia, Castanheira e Guanabara, pertencentes ao DAENT e maior parte do Benguí e Mangueirão,

¹⁴ Neste estudo foi distribuída a renda per capita pelos setores censitários do IBGE, ou seja, nos oitocentos e setenta e nove (879) setores.

pertencentes ao DABEN; Cabanagem e Parque Verde, pertencentes ao DABEN; Paracuri e Parque Guajará, pertencentes ao DAICO, e Coqueiro e Una, pertencentes ao DABEN. Desta forma pode-se inferir que há uma equivalência em torno de um padrão de renda média baixa, principalmente nos Distritos DABEN e DAENT, e em uma pequena parcela do DAICO.

Quanto ao índice 0-199 real, este possui maior número de setores urbanos: equivalendo a 47% dos setores, um número expressivo em termos de áreas, pois agrega os bairros da seguinte forma: Maracangalha, Barreiro, Sacramento, Telégrafo, Pedreira e Fátima, pertencentes ao DASAC; Jurunas, Condor, Cremação, Guamá, Montese e maior parte de Canudos, pertencentes ao DAGUA; Tapanã, Pratinha e São Clemente, pertencentes ao DABEN; Maracacuera, Águas Negras, Tenoné, Cruzeiro, Ponta Grossa, Agulha, Campina de Icoaraci pertencentes ao DAICO; todo o Distrito de Outeiro; todo o Distrito de Mosqueiro; Ilha de Cotijuba, pertencente ao DAOUT.

Em termos de concentração populacional e renda, os bairros que possuem menor renda per capita, como no caso do Guamá, possui uma concentração populacional em 29,16%, apresentando uma renda per capita mensal inferior a R\$199,00. Estes dados revelam que a alta concentração populacional está associada à baixa concentração de renda.

Esta demonstração das espacializações de renda e densidade populacional configura a cidade de Belém enquanto um espaço que reproduz as lógicas capitalistas, que desenvolve segregações sócio-espaciais que irão se reproduzir na questão social.

Faz-se necessário imprimir em nível de estudo exploratório a formação de uma base de dados produzida a partir de uma metodologia de pesquisa que imprime um diferencial sobre uma determinada questão social e, neste caso, uma que não possuía referência consistente e que, portanto, pode ser extrapolada para outras questões e correlaciona-las as espacializações para a compreensão da segregação social.

Parte II

A espacialização intra-urbana da questão social: o caso das crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Belém

Capítulo I

A espacialização intra-urbana de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Belém, segundo seus Distritos Administrativos

1. Perfil sócio-demográfico das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém

A população correspondente à infância e a juventude, um dos segmentos relevantes na demografia de Belém - constituída de crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos de idade¹⁵, faixa etária que reflete elementos importantes para a visualização da população alvo da pesquisa.

Segundo o IBGE, o Município de Belém possui um contingente populacional na faixa etária de 0 a 4 anos de 131.572 em 1991, 107.942 em 1996 e 121.300 habitantes em 2000; a faixa etária compreendida em 05 a 09 anos possui 108.902 em 1996 e 119.419 habitantes em 2000; a faixa etária de 10 a 14 anos contém 126.990 em 1996 e 125.035 habitantes em 2000 a faixa etária compreendida de 15 a 19 anos possui 139.089 habitantes em 1996 e 146.898 habitantes em 2000.

Observa-se desta forma que houve uma redução desse segmento de 65.210 habitantes, correspondendo a cada ano de referência com a população geral verifica-se que a população infanto-juvenil correspondia em 1996 a 41,62% e em 2000 a 40,03% o que corresponde a uma redução de 1,61% desse contingente.

1.1. Procedência e local de residência dos entrevistados

Esta variável ao ser adota permite que se tenha a dimensão do universo pesquisado quando do seu local de nascimento, permitindo por sua vez que se entenda o fluxo migratório das populações.

Das crianças e adolescentes abordados no levantamento, 2.097 (71,3%) declararam ter nascido na capital paraense; 611 (20,8%) declararam ter nascido no interior do Estado; 143 (4,9%) responderam que nasceram em outros Estados e 92 (3,1%) não souberam, não lembravam ou não quiseram responder a pergunta.

Pelos dados apresentados, o número de crianças e adolescentes que deixam seus locais de origem é bastante significativo, chegando a atingir 25,7% do contingente de pessoas entrevistadas.

¹⁵ Adota-se esta faixa etária dada a posição legal que incide na compreensão da menoridade que se poderia chegar até aos 18 anos, porém, a pesquisa irá adotar para efeito quantitativo a posição de até 18 incompleto.

Dos 143 entrevistados que declararam ter nascido em outros Estados, temos a seguinte tabela:

Tabela 2 – Freqüência de crianças e adolescentes por local de origem

LOCALIDADE	ENTREVISTADOS
Maranhão	61
Ceará	21
Amapá	12
São Paulo	10
Amazonas	09
Rio de Janeiro	06
Piauí	05
Pernambuco	03
Bahia	03
Rondônia	03
Distrito Federal	02
Tocantins	02
Minas Gerais	01
Paraíba	01
Santa Catarina	01
Rio Grande do Norte	01
Alagoas	01
Suriname	01

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR -2003

O Pará apareceu como o grande receptor dos fluxos nordestinos, que representaram 55% da imigração ocorrida no Estado. Os fluxos emissores mais importantes foram oriundos do Maranhão (58%), do Ceará (18%) e da Bahia (11%). Além destes, verificou-se também um significativo fluxo proveniente do Centro-Oeste, em torno de 80 mil pessoas, correspondendo a 21% do total da migração para esse Estado, tendo sido Goiás o Estado que mais contribuiu com relação ao referido fluxo (89% do respectivo total). A imigração proveniente do Sudeste também foi importante para esse Estado, com 14% do total. (BRASIL, 2007)

A onde crianças e adolescentes residem atualmente? Do total de entrevistados, 2.483 (84,4%) são moradores do município de Belém; 289 (9,8%) residem no município de Ananindeua; 62 (2,1%) são moradores do município de Marituba; 24 (0,8%) moram em Santa Bárbara; 18 (0,6%) declararam que moram em Benevides; 14 (0,5%) moram em Santa Izabel e 53 (1,8%) declararam residir em outros municípios próximos da capital ou áreas ribeirinhas.

O fluxo das questões sociais é produzido pelos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém (RMB), ou seja, neste caso a maior incidência quanto ao local de residência é sem sombra de dúvidas o Município de Ananindeua por ser limítrofe a Capital.

Assim, temos o quadro a seguir:

Tabela 3 – Local de procedência e município em que o entrevistado reside atualmente

PROCEDÊNCIA	RESULTADO	
	Abs.	%
Belém	2.097	71,3
Interior do Estado	611	20,8
Outros Estados	143	4,9
Não sabe/não lembra	92	3,1
TOTAL	2.943	100,0
MUNICÍPIO EM QUE RESIDEM ATUALMENTE	RESULTADO	
	Abs.	%
Belém	2.483	84,4
Ananindeua	289	9,8
Marituba	62	2,1
Santa Bárbara	24	0,8
Benevides	18	0,6
Santa Izabel	14	0,5
Outros municípios	53	1,8
TOTAL	2943	100,0

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

Esta variável deve ser tratada e compreendida enquanto fundamental no processo de espacialização das questões sociais, pois se pode imprimir a partir delas diversas derivações que determinarão a formulação das políticas públicas para esse segmento, onde um dos elementos constitutivos passa a ser a responsabilidade dos governos locais que formam a RMB, por exemplo, já que parte do universo deste segmento busca a rua da Capital e por sua vez necessitam pensar em uma política intermunicipal.

Os dados apresentados a seguir estão totalizados pelo número de crianças e adolescentes encontradas em cada Distrito Administrativo¹⁶.

1.2. Sexo e turno da entrevista realizada junto às crianças e adolescentes em situação de rua

Os dados retratam que a grande maioria das crianças e adolescentes em situação de rua é do sexo masculino, representada no levantamento por 2.472 (84,0%) do total de entrevistas feitas. As crianças e adolescentes do sexo feminino totalizam um universo de 471 (16%) indivíduos.

A maior concentração de crianças e adolescentes do sexo masculino - trabalhando, perambulando, em situação de exploração sexual, drogados,

¹⁶ Neste capítulo a base de dados foi tratada de forma geral, por Distrito Administrativo, por se configurar na segunda menor esfera do espaço intra-urbano, ou seja: o Distrito e a menor os Bairros.

esmolando, dormindo, etc - é no Distrito Administrativo de Belém com 1.033 (86,1%) entrevistados; e as crianças e adolescentes do sexo

- 1.935 (65,7%) foram encontradas trabalhando;
- 493 (16,8%) foram encontradas ajudando/acompanhando os pais ou responsáveis¹⁷;
- 399 (13,6%) transitando/perambulando;
- 46 (1,6%) estavam esmolando;
- 35 (1,2%) estavam em situação de drogadição;
- 22 (0,7%) em situação de exploração sexual e,
- 13 (0,4%) estavam dormindo.]

Tabela 5 – Crianças e adolescentes, por distrito administrativo, segundo atividade

ATIVIDADE	Total Geral		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs.	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Trabalhando	1935	65,7	768	64,0	256	57,7	182	59,1	198	69,0	211	69,6	196	76,0	48	84,2	76	88,4
Exploração sexual	22	0,7	01	0,1	06	1,4	00	0,0	02	0,7	12	4,0	01	0,4	00	0,0	00	0,0
Esmolando	46	1,6	28	2,3	04	0,9	01	0,3	00	0,0	02	0,7	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Drogadição	35	1,2	28	2,3	01	0,2	02	0,6	01	0,3	03	1,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Dormindo	13	0,4	09	0,8	00	0,0	00	0,0	02	0,7	02	0,7	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Perambulando	399	13,6	152	12,7	111	25,0	44	14,3	45	15,7	32	10,6	08	3,1	02	3,5	05	5,8
Ajudando Pais/resp.	493	16,8	214	17,8	66	14,9	79	25,6	39	13,6	41	13,5	49	19,0	04	7,0	01	1,2
TOTAL	2.943	100,0	1200	100	444	100	308	100	287	100	303	100	258	100	57	100	86	100

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

Estas informações ao serem agrupadas por categorias do tipo de situação vivenciada podem gerar diversas possibilidades de análises quanto à questão social, pois ao partir da primeira, trabalho, que possui a maior concentração pode-se inferir que as questões centrais que levam este segmento à rua é a base econômica comprometida das famílias.

Em relação à concentração das crianças e adolescentes trabalhando, o DAMOS possui a maior concentração, 88,4%, em nível proporcional ao contingente daquele Distrito, porém DABEL ainda reproduz o espaço da cidade que agrega o

¹⁷ Algumas delas tinham ido levar alimento para os pais ou responsáveis. No entanto, a maioria estava trabalhando na venda de produtos, ajudando os pais/responsáveis.

capital e que absorve um fluxo de 64,0% do continente deste segmento nesta situação de trabalho.

A segunda situação que possui maior percentual é a condição de ajudante dos pais e o Distrito que possui a maior concentração é o DASAC com 25,6%, portanto, esta questão é delicada, uma vez que o adulto acaba gerando uma exposição da criança e do adolescente em situação de risco.

Uma situação que não foi identificada com grande freqüência, 22 casos, mas é altamente delicada dada às violações dos direitos e dos determinantes intrínsecos que o caso leva, uma vez que se trata da sexualidade humana, a condição de exploração sexual. O Distrito do Entroncamento possui a maior concentração com 54,5% do universo desta situação, e dentro do DASAC está com 4%, pois esta localização é singular pelo fato das condições objetivas que comumente levam a essa área, uma vez que há maior intensidade da circulação de pessoas que não são da cidade, como o caso dos camioneiros.

1.4. Escolaridade e idade das crianças e adolescentes em situação de rua

A maioria das crianças e adolescentes em situação de rua (46,9%) declarou estudar ou terem estudado até a quarta série do primeiro grau; 36,5% têm grau de escolaridade entre a 5ª e 8ª séries; 7,2% cursaram ou estão cursando o supletivo; 4,9% declararam estar no segundo grau. Dos entrevistados, 2,3% nunca foram à escola, 2,2% não quiseram ou não souberam responder a pergunta.

Quanto à idade, a maioria dos entrevistados está na faixa de 10 a 14 anos, 1.539 (52,3%); seguido da faixa etária entre 15 a 17 anos que representa 998 (33,9%) dos entrevistados; de 05 a 09 anos foram encontrados 361 (12,3%) e até quatro anos 34 (1,2). Nesta última faixa etária estão incluídos aqueles que estavam acompanhando os pais, enquanto esmolavam ou trabalhavam.

As tabelas a seguir mostram os dados encontrados:

Tabela 6 – Criança e adolescente, por distrito administrativo, segundo escolaridade

ESCOLA – RIDADE	Total Geral		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Até 4ª série	1379	46,9	553	46,1	221	49,8	125	40,6	146	50,9	143	47,2	119	46,1	34	59,6	38	44,2
De 5ª a 8ª	1074	36,5	418	34,8	164	36,9	123	39,9	93	32,4	110	36,3	105	40,7	21	36,8	40	46,5
Supletivo	212	7,2	96	8,0	29	6,5	19	6,2	24	8,4	23	7,6	20	7,8	00	0,0	01	1,2
2º Grau	145	4,9	60	5,0	18	4,1	26	8,4	12	4,2	14	4,6	11	4,3	00	0,0	04	4,7
Nunca estudou	69	2,3	48	4,0	03	0,7	04	1,3	08	2,8	05	1,7	01	0,4	00	0,0	00	0,0
NS/SR	64	2,2	25	2,1	09	2,0	11	3,6	04	1,4	08	2,6	02	0,8	02	3,5	03	3,5
TOTAL	2.943	100,0	1200	100	444	100	308	100	287	100	303	100	258	100	57	100	86	100

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR -2003

O DAOUT é que possui a maior concentração **59,6%** de crianças e adolescentes até a 4ª série, seguidos do DABEN com **50,9%**

Tabela 7 – Criança e adolescente, por distrito administrativo, segundo idade.

IDADE	Total Geral		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs.	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Até 4 anos	34	1,2	18	1,5	05	1,1	05	1,6	05	1,7	00	0,0	01	0,4	00	0,0	00	0,0
De 05 a 09	361	12,3	130	10,8	63	14,2	43	14,0	52	18,1	32	10,6	28	10,9	08	14,0	05	5,8
De 10 a 14	1539	52,3	572	47,7	246	55,4	154	50,0	156	54,4	144	47,5	171	66,3	39	68,4	57	66,3
De 15 a 17	998	33,9	475	39,6	128	28,8	105	34,1	74	25,8	125	41,3	58	22,5	09	15,8	24	27,9
SR / NI	11	0,4	05	0,4	02	0,5	01	0,3	00	0,0	02	0,7	00	0,0	01	1,8	00	0,0
TOTAL	2.943	100	1200	100	444	100	308	100	287	100	303	100	258	100	57	100	86	100

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR

1.5. Divisão étnico-racial dos entrevistados

As categorias cor/raça utilizadas no levantamento foram às mesmas adotadas pelo IBGE, no estudo do CENSO 2000.

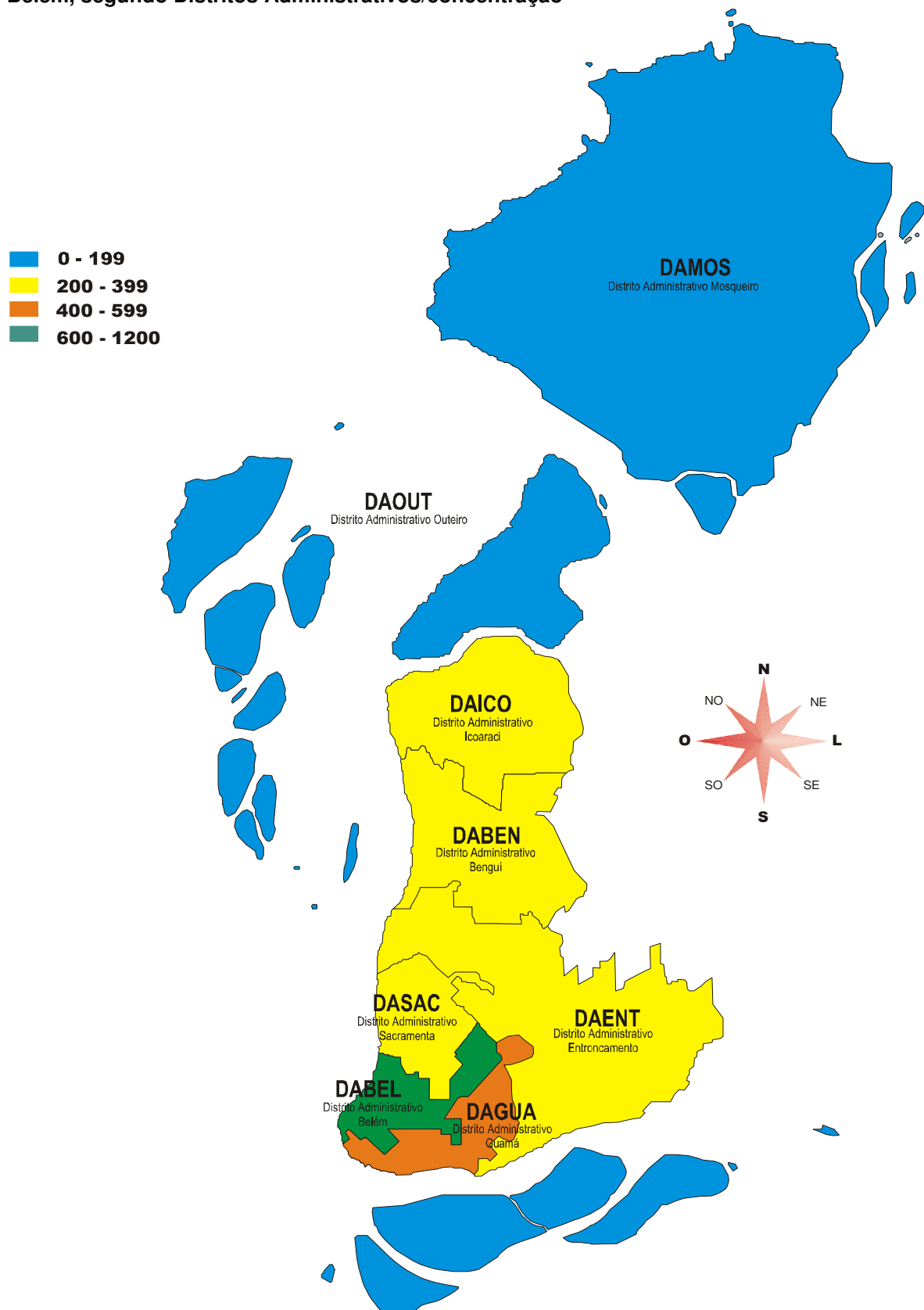
De acordo com o levantamento, foram encontradas **1.847 (62,8%)** que declaram com a cor da pele parda; **652 (22,2%)** negras; 433 (14,7%) brancas e 11 (0,4%) foram categorizadas pelos entrevistadores como **indígenas**.

Tabela 8 – Criança e adolescente, por distrito administrativo, segundo característica étnico/racial

ETNICO/ RACIAL	Total Geral		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs.	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Branco (a)	433	14,7	161	13,4	54	12,2	63	20,5	57	19,9	45	14,9	35	13,6	05	8,8	13	15,1
Negro (a)	652	22,2	270	22,5	116	26,1	50	16,2	77	26,8	62	20,5	46	17,8	05	8,8	26	30,2
Pardo (a)	1847	62,8	763	63,6	271	61,0	195	63,3	151	52,6	196	64,7	177	68,6	47	82,5	47	54,7
Indígena	11	0,4	06	0,5	03	0,7	00	0,0	02	0,7	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Amarelo (a)	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
TOTAL	2.943	100,0	1200	100	444	100	308	100	287	100	303	100	258	100	57	100	86	100

Fonte: UFGA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR

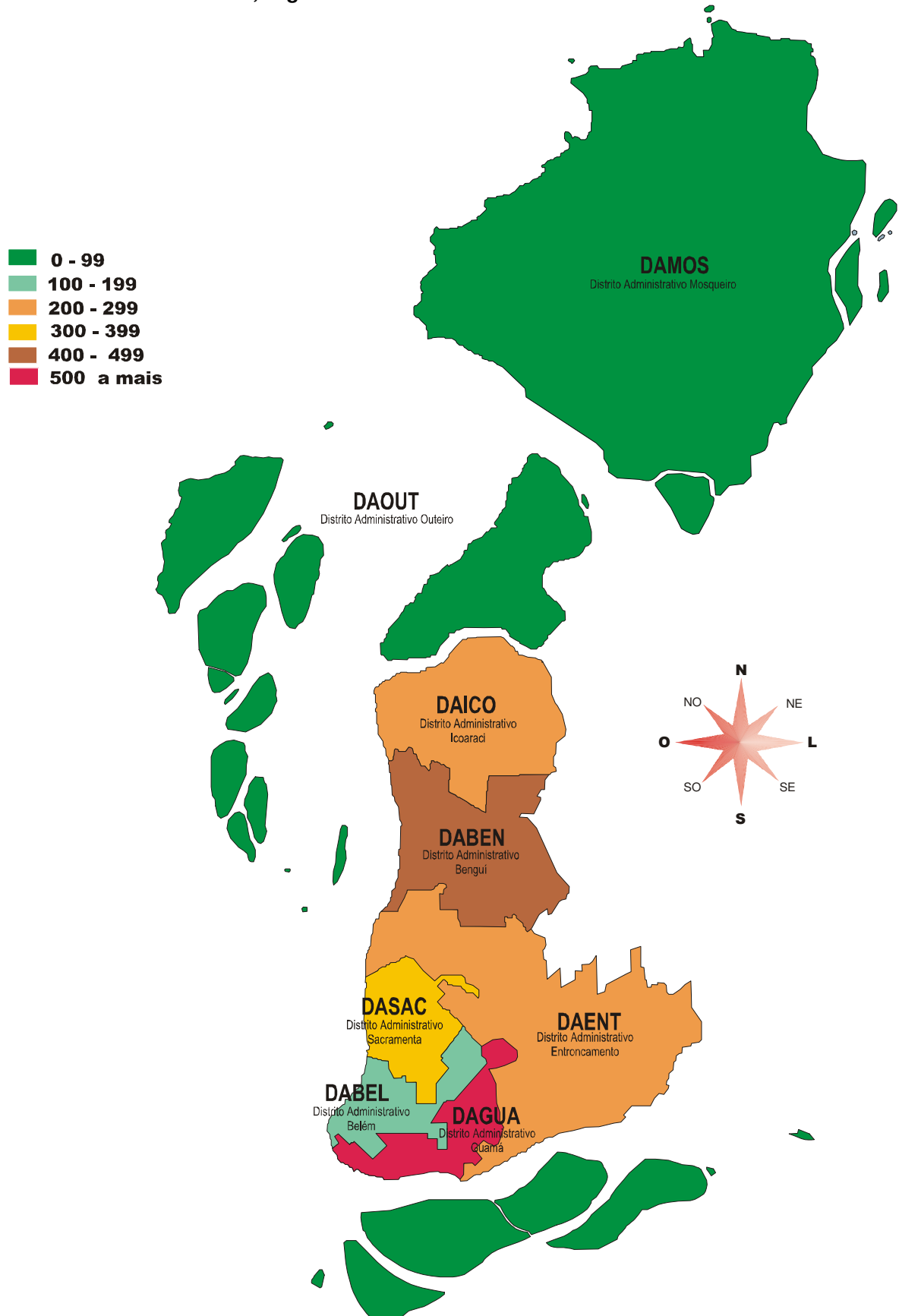
Fig. 03 - Espacialização das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém, segundo Distritos Administrativos/concentração¹⁸



Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

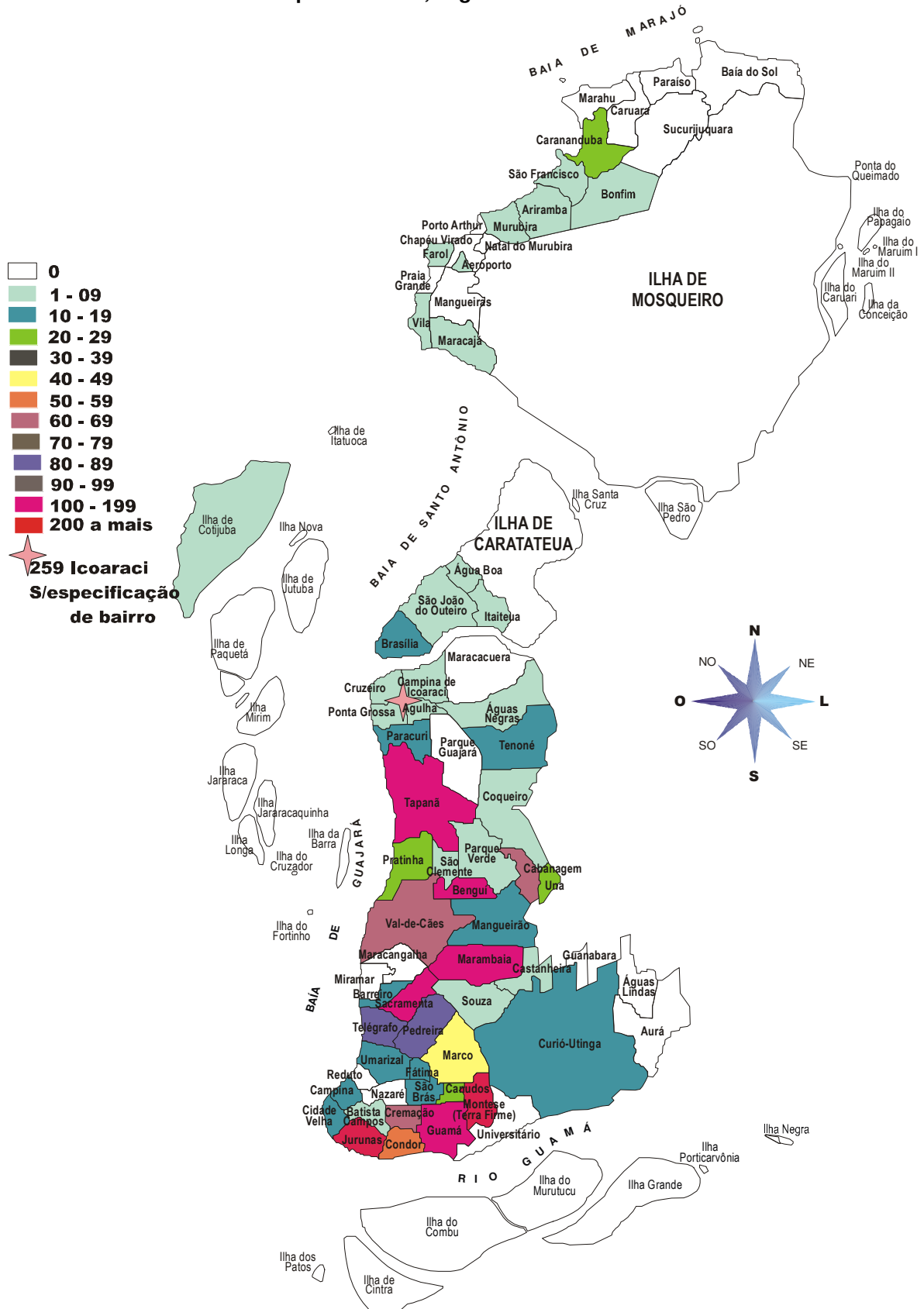
¹⁸ A base das figuras foram produzida a partir da base cartográfica da SEGEP

Fig. 04 - Espacialização das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém, segundo local de moradia/Distrito Administrativo



Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

Fig. 05 - Espacialização das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém, segundo local de moradia/bairro



Fonte: UFGPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

Fig. 06 - E



Fig. 07 - Espacialização das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém, segundo Distrito Administrativo e atividade/esmolando

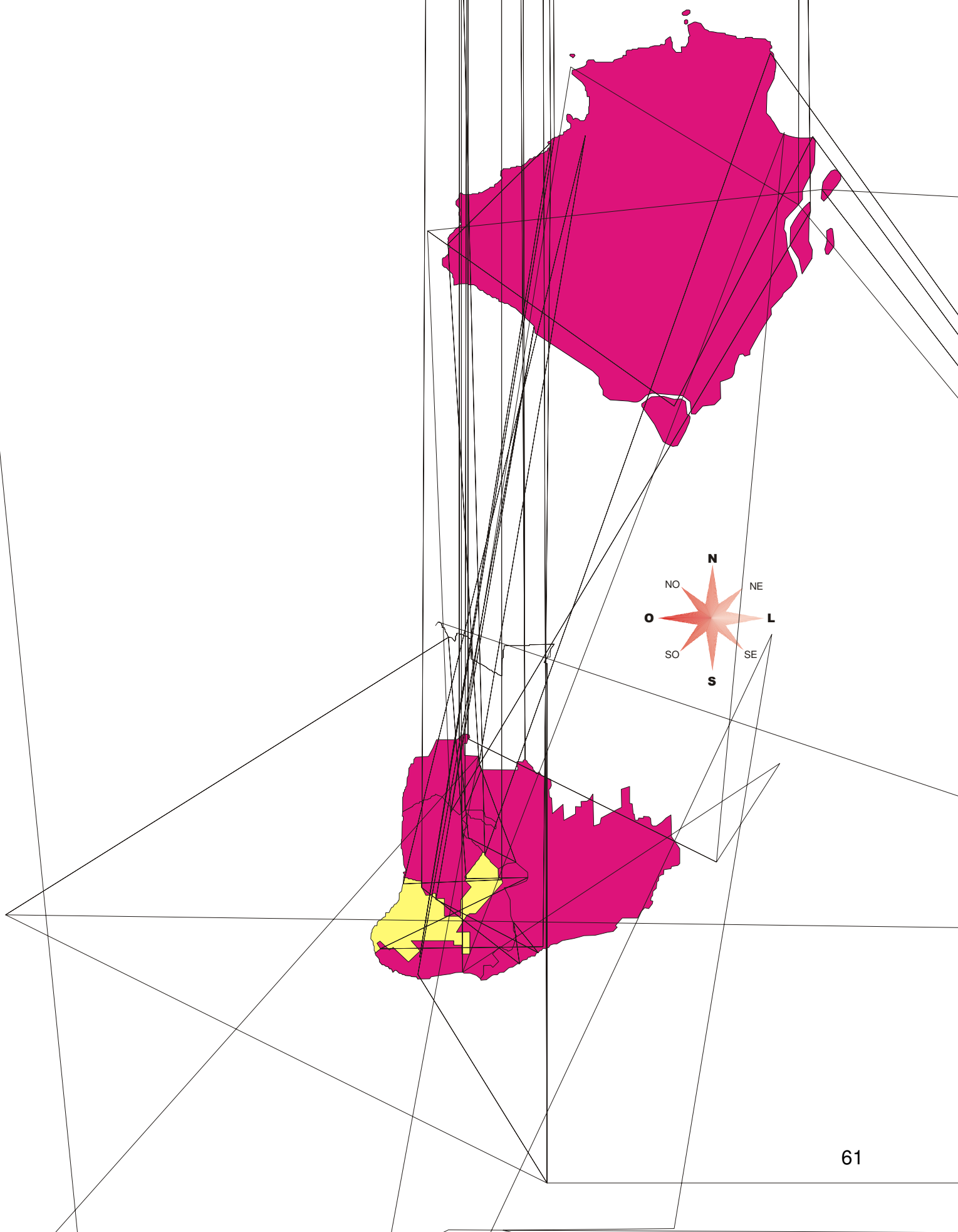
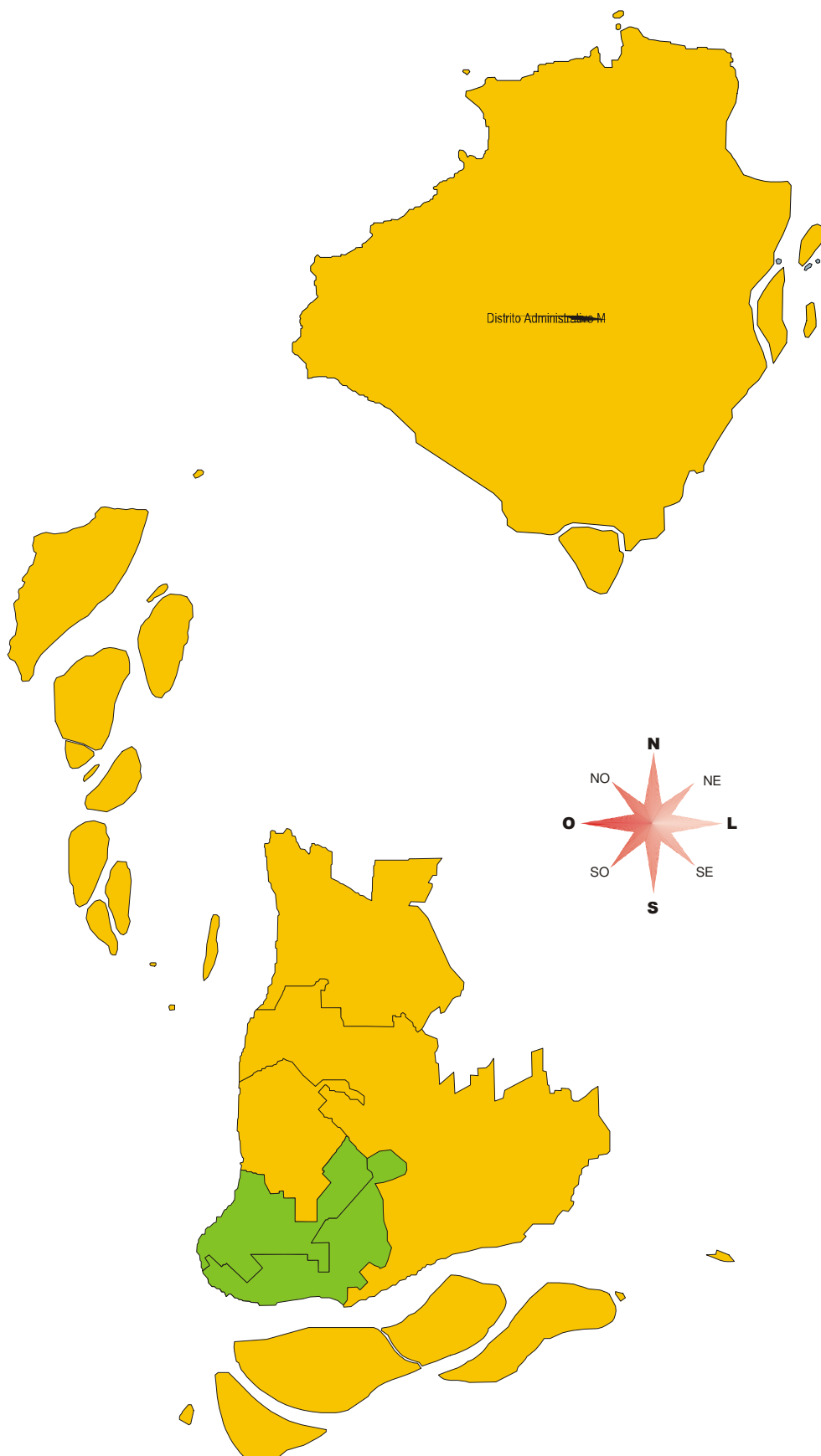


Fig. 08 - Espacialização das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém, segundo Distrito Administrativo e atividade/perambulando e transitando



1.6 Pessoas responsáveis pelas crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém

De acordo com a base de dados da pesquisa, somente 1.101 (37,4%) dos entrevistados declararam que seus responsáveis são o pai e mãe; 969 (32,9%) têm somente a mãe como responsável; 260 (8,8%) dizem que é o pai seu responsável; 221 (7,5%) responderam que são os avós; 122 (4,1%) responderam que são os tios/tias; 104 (3,5%) dizem que é o padrasto e a mãe; 74 (2,5%) têm seus irmãos mais velhos como responsáveis; 34 (1,2%) têm como responsáveis outros parentes; 30 (1,0%) não têm ninguém e 22 (0,7%) têm a madrasta e o pai. Somente 06 (0,2%) não responderam a pergunta.

A tabela abaixo demonstra o resultado geral:

Tabela 9 – Criança e adolescente, por distrito administrativo, segundo o responsável

Quem é o responsável	Total Geral		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs.	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Pai e mãe	1101	37,4	401	33,4	163	36,7	134	43,5	121	42,2	106	35,0	111	43,0	25	43,9	40	46,5
O pai	260	8,8	115	9,6	42	9,5	27	8,8	25	8,7	26	8,6	17	6,6	04	7,0	04	4,7
A mãe	969	32,9	408	34,0	153	34,5	100	32,5	79	27,5	109	36,0	81	31,4	16	28,1	23	26,7
Padrasto e mãe	104	3,5	40	3,3	15	3,4	04	1,3	11	3,8	06	2,0	19	7,4	04	7,0	05	5,8
Madrasta e pai	22	0,7	08	0,7	04	0,9	04	1,3	02	0,7	00	0,0	02	0,8	00	0,0	02	2,3
Irmãos	74	2,5	37	3,1	11	2,5	01	0,3	10	3,5	09	3,0	03	1,2	00	0,0	03	3,5
Os avós	221	7,5	95	7,9	29	6,5	25	8,1	23	8,0	19	6,3	18	7,0	06	10,5	06	7,0
Ninguém	30	1,0	20	1,7	00	0,0	00	0,0	01	0,3	08	2,6	01	0,4	00	0,0	00	0,0
Tios/tias	122	4,1	61	5,1	22	5,0	08	2,6	11	3,8	11	3,6	05	1,9	02	3,5	02	2,3
Outros	34	1,2	14	1,2	03	0,7	04	1,3	03	1,0	09	3,0	00	0,0	00	0,0	01	1,2
Sem resposta	06	0,2	01	0,1	02	0,5	01	0,3	01	0,3	00	0,0	01	0,4	00	0,0	00	0,0
TOTAL	2943	100	1200	100	444	100	308	100	287	100	303	100	258	100	57	100	86	100

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

Dentro da concentração das duas formas de composição de responsabilidade para com as crianças e adolescentes infere-se: 1) a primeira formação (pai e mãe) que possuiu o maior percentual, quando verificado a sua correlação dentro do campo Distritos Administrativos é Mosqueiro que agrega esse grupo, com 46,5% e com a menor concentração o DABEL, com apenas 33,4%.

Quando se busca a responsabilidade só da mãe verifica-se que o DAENT é que possui a maior concentração 36,0%, dentro da média da categoria.

1.7. Atividade principal do responsável

Na tabela abaixo demonstrasse os vários ramos de atividades em que os responsáveis das crianças e adolescentes em situação de rua trabalham. Na variável **Outras atividades** estão contidas informações que tiveram de três a uma citação.

Observa-se na Tabela 10 que a concentração das atividades dos responsáveis estão situadas nas duas primeiras – Ambulante e Feirante - serviços que estão dentro da relação da informalidade, que somados chegam a 31,2% e outra situação é o nível de desempregado que chega a 10,0%.

Tabela 10 – Frequência de atividades desenvolvidas pelo responsável

ATIVIDADES	FREQ.	%	ATIVIDADES	FREQ.	%
Ambulante	592	20,1	Taxista	15	0,5
Feirante	327	11,1	Funcionário público	14	0,5
Desempregado	294	10,0	Eletricista	13	0,4
Empregada doméstica	211	7,2	Camelô	13	0,4
Sem resposta	158	5,4	Pintor	13	0,4
Ajudante de pedreiro	124	4,2	Faxineira	12	0,4
Dona de casa	102	3,5	Artesão	12	0,4
Não sabe/não lembra	92	3,1	Balconista	12	0,4
Pensionista/aposentado	85	2,9	Manicure	11	0,4
Vendedor/a	79	2,7	Porteiro	11	0,4
Comerciante	55	1,9	Policial/guarda	11	0,4
Autônomo	47	1,6	Serralheiro	10	0,3
Vigilante/segurança	45	1,5	Jornaleiro	09	0,3
Lavadeira	43	1,5	Servente	09	0,3
Estivador/braçal	35	1,2	Cambista de jogo	08	0,3
Peixeiro	31	1,1	Pedreiro	07	0,2
Carpinteiro	25	0,8	Secretária	07	0,2
Guardador de carros	24	0,8	Cabeleireiro/a	06	0,2
Mecânico	24	0,8	Metalúrgico	06	0,2
Operário	23	0,8	Marítimo	06	0,2
Açougueiro	22	0,7	Técnico em refrigeração	06	0,2
Marceneiro	21	0,7	Professor	05	0,2
Motorista	19	0,6	Catador de latinhas	05	0,2
Costureira	19	0,6	Carroceiro	05	0,2
Pescador	18	0,6	Garçonete	05	0,2
Agricultor	17	0,6	Carvoeiro	04	0,1
Fretista	16	0,5	Vendedor de frangos	04	0,1

Serviços gerais	15	0,5	Caseiro	03	0,1
Cozinheiro	15	0,5	Vigia de bicicletas	03	0,1
			Outras atividades	120	4,3

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

1.8. Com quem o entrevistado mora

De acordo com a base de dados, 1.319 (44,8%) dos entrevistados declararam que moram com o pai e a mãe; 671 (22,8%) dizem morar com a mãe; 240 (8,2%) dizem que moram com o padrasto e mãe; 179 (6,1%) responderam que moram com os avós; 156 (5,3%) responderam que moram com os irmãos; 128 (4,3%) dizem que moram com o pai; 82 (2,8%) moram com os tios/tias. Vivem com a madrasta e o pai, 53 (1,8%). Dos entrevistados pelo levantamento, 74 (2,5%) responderam que moram na rua. A tabela abaixo demonstra o resultado geral:

Foram totalizados 96 casos de entrevistados que declarou morar na rua, entretanto, constam somente 74 na base de dados, devido 22 deles, não ter respondido o formulário de entrevista em sua totalidade.

Tabela 11 – Criança e adolescente, por distrito administrativo, segundo pessoas com quem mora

Com quem mora	Total Geral		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs.	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Pai e mãe	1319	44,8	482	40,2	213	48,0	157	51,0	139	48,4	126	41,6	129	50,0	30	52,6	43	50,0
O pai	128	4,3	48	4,0	19	4,3	18	5,8	13	4,5	14	4,6	11	4,3	01	1,8	04	4,7
A mãe	671	22,8	286	23,8	105	23,6	65	21,1	56	19,5	76	25,1	56	21,7	11	19,3	16	18,6
Padrasto e mãe	240	8,2	96	8,0	35	7,9	16	5,2	21	7,3	23	7,6	30	11,6	11	19,3	08	9,3
Madrasta e pai	53	1,8	24	2,0	09	2,0	04	1,3	05	1,7	06	2,0	03	1,2	00	0,0	02	2,3
Irmãos	156	5,3	66	5,5	20	4,5	19	6,2	17	5,9	20	6,6	09	3,5	02	3,5	03	3,5
Os avós	179	6,1	88	7,3	24	5,4	14	4,5	19	6,6	14	4,6	12	4,7	02	3,5	06	7,0
Ninguém	08	0,3	05	0,4	01	0,2	01	0,3	01	0,3	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Tios/tias	82	2,8	41	3,4	12	2,7	09	2,9	10	3,5	05	1,7	02	0,8	00	0,0	03	3,5
Outros	28	1,0	12	1,0	01	0,2	02	0,6	02	0,7	08	2,6	02	0,8	00	0,0	01	1,2
Na rua	74	2,5	50	4,2	05	1,1	03	1,0	03	1,0	10	3,3	03	1,2	00	0,0	00	0,0
Sem resposta	05	0,2	02	0,2	00	0,0	00	0,0	01	0,3	01	0,3	01	0,4	00	0,0	00	0,0
TOTAL	2943	100	1200	100	444	100	308	100	287	100	303	100	258	100	57	100	86	100

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

Quanto ao aspecto morar a onde e com quem é evidente que pode-se inferir diversas questões que estão diretamente vinculadas as relações sócio-familiar, mas o mais crítico dentro do contexto da Tabela 11 é o indicador morar na rua, pois conforme a leitura, dos 74 que compõem este universo, 50 casos (67.6%) estão no DABEL.

Há que suscitar para efeito de exploração da questão apontada acima algumas relações que talvez pareçam quantitativamente baixas quanto ao número apresentado, mas o que importa na compreensão do dado é que este grupo rompeu totalmente com os vínculos familiares, portanto, se o fato de estarem em situação de rua, em condição de trabalho, esmolando e outros que já geram risco social, imaginasse estes que não podem trazer nenhuma relação da constituição básica de segurança pessoal.

Pode-se dizer que produzem novas relações e constituem formas organizativas a partir dos novos arranjos de afeto e segurança, mas se dilaceram quando de fato acabam sendo singularizados nas suas dimensões pessoais, pois foram rompidas todas as perspectivas de direito social. Pode-se afirmar: são sobreviventes dos descasos das políticas públicas.

Quanto a sua espacialização é imprescindível que se entenda que o DABEL é o lócus das possibilidades, das alternativas, das estratégias e das possíveis constituições de relações materiais, afetivas e culturais. O Distrito agrega em si espaços que estabelecem a possibilidade de estar na rua e se reproduzir dentro do mínimo necessário para sobreviver.

O outro Distrito é do Entroncamento, que possui 13,5% do total dos que moram na rua. É importante correlacionar que os dois distritos formam um corredor de circulação dessa parte dos que estão em situação de rua.

Comumente estes adotam como espaços os lugares que os dois Distritos possuem. Fazem um trajeto para se movimentarem no período de 24h. Pode-se dizer que estão na área do Ver-o-Peso ao Entroncamento da cidade.

1.9. Quantas pessoas moram com os entrevistados?

Moram, em média, 5,96 pessoas na casa das crianças e adolescentes em situação de rua. As famílias dos mesmos demonstram ser bastante fragmentadas, pois somente 656 (22,3%) dos entrevistados declararam morar com o pai e a mãe, por exemplo. Moram com o pai, mãe e irmãos 546 (18,6%); são 309 (10,5%) os

entrevistados que responderam que moram somente com a mãe; 233 (7,9%) moram com a mãe e irmãos; 140 (4,8%) moram com o padrasto mãe e irmãos; 118 (4%) moram com os avós; 117 (4%) moram com o padrasto e mãe; 68 (2,3%) declararam morar somente com o pai; 63 (2,1%) moram com os irmãos; e 57 (1,9%) moram com tios/tias. Essas foram as categorias mais expressivas. Entretanto, vale ressaltar que apareceram outras combinações nos resultados do levantamento, possíveis de serem detectadas no banco de dados.

Tabela 12 – Criança e adolescente, por distrito administrativo, segundo o número de pessoas com quem mora

Número de pessoas com quem mora	Total Geral		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs.	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
UM	09	0,3	07	0,6	01	0,2	01	0,3	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0	00	0,0
DOIS	92	3,1	49	4,1	10	2,3	06	1,9	07	2,4	11	3,6	07	2,7	00	0,0	02	2,3
TRÊS	252	8,6	98	8,2	36	8,1	28	9,1	29	10,1	37	12,2	18	7,0	03	5,3	03	3,5
QUATRO	527	17,9	218	18,2	67	15,1	50	16,2	51	17,8	67	22,1	54	20,9	14	24,6	06	7,0
CINCO	559	19,0	230	19,2	86	19,4	64	20,8	45	15,7	50	16,5	59	22,9	10	17,5	15	17,4
SEIS	457	15,5	166	13,8	69	15,5	51	16,6	64	22,3	39	12,9	40	15,5	09	15,8	19	22,1
SETE	349	11,9	132	11,0	71	16,0	43	14,0	36	12,5	29	9,6	17	6,6	04	7,0	17	19,8
OITO	231	7,8	88	7,3	42	9,5	19	6,2	23	8,0	15	5,0	25	9,7	05	8,8	14	16,3
NOVE	129	4,4	64	5,3	15	3,4	11	3,6	12	4,2	12	4,0	09	3,5	01	1,8	05	5,8
DEZ	123	4,2	51	4,3	16	3,6	14	4,5	07	2,4	18	5,9	08	3,1	06	10,5	03	3,5
ONZE	45	1,5	12	1,0	10	2,3	05	1,6	06	2,1	03	1,0	09	3,5	00	0,0	00	0,0
DOZE	39	1,3	18	1,5	04	0,9	04	1,3	02	0,7	06	2,0	04	1,6	00	0,0	01	1,2
TREZE	24	0,8	12	1,0	05	1,1	01	0,3	01	0,3	01	0,3	03	1,2	00	0,0	01	1,2
QUATORZE	19	0,6	06	0,5	06	1,4	02	0,6	00	0,0	03	1,0	01	0,4	01	1,8	00	0,0
QUINZE A +	49	1,7	24	2,0	06	1,4	08	2,6	01	0,3	05	1,7	01	0,4	04	7,0	00	0,0
NÃO SABE	39	1,3	25	2,1	00	0,0	01	0,3	03	1,0	07	2,3	03	1,2	00	0,0	00	0,0
TOTAL	2943	100,0	1200	100	444	100	308	100	287	100	303	100	258	100	57	100	86	100

Fonte: UFGA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

1.10. Quantos irmãos/irmãs possuem as crianças e os adolescentes entrevistado?

A média de irmãos que os entrevistados têm é de 3,62. Esse dado nos pareceu bastante significativo, tendo em vista estarmos tratando de famílias pobres e com baixo grau de escolaridade. Foram 20,4% os entrevistados que declararam ter somente dois irmãos; 17,8% responderam ter três irmãos; 15,2% têm somente um irmão/irmã; 12,9% têm quatro e 10,6% responderam ter cinco irmãos.

Tabela 13 – Criança e adolescente, por distrito administrativo, segundo o número de irmãos

Número de irmãos/irmã	Total Geral		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs.	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
UM	446	15,2	170	14,2	92	20,7	47	15,3	36	12,5	48	15,8	41	15,9	10	17,5	02	2,3
DOIS	601	20,4	247	20,6	76	17,1	73	23,7	58	20,2	56	18,5	64	24,8	11	19,3	16	18,6
TRÊS	525	17,8	220	18,3	79	17,8	58	18,8	56	19,5	46	15,2	40	15,5	10	17,5	16	18,6
QUATRO	381	12,9	154	12,8	61	13,7	30	9,7	34	11,8	50	16,5	28	10,9	09	15,8	15	17,4
CINCO	311	10,6	125	10,4	52	11,7	44	14,3	40	13,9	19	6,3	19	7,4	02	3,5	10	11,6
SEIS	183	6,2	76	6,3	22	5,0	11	3,6	21	7,3	25	8,3	14	5,4	02	3,5	12	14,0
SETE	144	4,9	65	5,4	18	4,1	16	5,2	11	3,8	10	3,3	16	6,2	01	1,8	07	8,1
OITO	89	3,0	35	2,9	10	2,3	04	1,3	08	2,8	15	5,0	10	3,9	04	7,0	03	3,5
NOVE	45	1,5	17	1,4	04	0,9	03	1,0	07	2,4	04	1,3	06	2,3	03	5,3	01	1,2
DEZ	45	1,5	14	1,2	08	1,8	07	2,3	05	1,7	06	2,0	01	0,4	02	3,5	02	2,3
ONZE	19	0,6	06	0,5	04	0,9	01	0,3	01	0,3	06	2,0	01	0,4	00	0,0	00	0,0
DOZE	14	0,5	06	0,5	01	0,2	00	0,0	01	0,3	04	1,3	02	0,8	00	0,0	00	0,0
TREZE	06	0,2	02	0,2	00	0,0	00	0,0	01	0,3	01	0,3	01	0,4	01	1,8	00	0,0
QUATORZE	04	0,1	00	0,0	02	0,5	01	0,3	00	0,0	00	0,0	01	0,4	00	0,0	00	0,0
QUINZE A +	11	0,4	06	0,5	03	0,7	01	0,3	00	0,0	00	0,0	01	0,4	00	0,0	00	0,0
NÃO SABE	39	1,3	15	1,3	06	1,4	06	1,9	03	1,0	05	1,7	04	1,6	00	0,0	00	0,0
NENHUM	80	2,7	42	3,5	06	1,4	06	1,9	05	1,7	08	2,6	09	3,5	02	3,5	02	2,3
TOTAL	2943	100,0	1200	100	444	100	308	100	287	100	303	100	258	100	57	100	86	100

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

1.11. Quem sustenta a casa das crianças e adolescentes em situação de rua?

O chefe da família, entendido como quem sustenta financeiramente a casa, é o pai para 42,5% das crianças e adolescentes entrevistadas. A mãe é a provedora do lar para 24,4%. Os avós também têm representatividade bastante significativa, são eles que mantêm as casas de 8,9% dos entrevistados. 6,3% dos entrevistados dizem ser eles mesmos quem sustenta a casa onde moram; 4,9% responderam que são os tios/as; 4,8% dizem ser o padrasto e 3,5% responderam que são os irmãos. Essas foram as respostas mais significativas.

Tabela 14 – Crianças e adolescentes, por distrito administrativo, segundo quem sustenta a casa

Quem sustenta a casa ?	Total Geral		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs.	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Pai	1252	42,5	470	39,2	207	46,6	149	48,4	134	46,7	112	37,0	115	44,6	27	47,4	38	44,2
Mãe	719	24,4	298	24,8	114	25,7	79	25,6	78	27,2	72	23,8	55	21,3	12	21,1	11	12,8
Avós	261	8,9	113	9,4	45	10,1	29	9,4	21	7,3	22	7,3	24	9,3	03	5,3	04	4,7
O próprio/a	185	6,3	87	7,3	10	2,3	16	5,2	09	3,1	32	10,6	12	4,7	02	3,5	17	19,8
Tios/as	144	4,9	66	5,5	24	5,4	12	3,9	13	4,5	11	3,6	11	4,3	04	7,0	03	3,5
Padrasto	140	4,8	58	4,8	18	4,1	09	2,9	08	2,8	17	5,6	19	7,4	06	10,5	05	5,8
Irmãos/as	102	3,5	42	3,5	13	2,9	05	1,6	13	4,5	13	4,3	07	2,7	03	5,3	06	7,0
Todos casa	32	1,1	16	1,3	02	0,5	01	0,3	01	0,3	02	0,7	09	3,5	00	0,0	01	1,2
Cunhado/a	17	0,6	07	0,6	02	0,5	00	0,0	03	1,0	03	1,0	02	0,8	00	0,0	00	0,0
Primo/a	11	0,4	03	0,3	00	0,0	01	0,3	02	0,7	05	1,7	00	0,0	00	0,0	00	0,0
Não lembra	07	0,2	03	0,3	02	0,5	00	0,0	00	0,0	01	0,3	00	0,0	00	0,0	01	1,2
SR/NI	58	2,0	33	2,8	03	0,7	06	1,9	04	1,4	10	3,3	02	0,8	00	0,0	00	0,0
Outras	15	0,4	04	0,2	04	0,7	01	0,5	01	0,5	03	0,8	02	0,6	00	0,0	00	0,0
TOTAL	2943	100	1200	100	444	100	308	100	287	100	303	100	258	100	57	100	86	100

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

No Distrito da Sacramenta o sustento é dado em 48,4% pelo pai e com a menor concentração no Distrito do Entroncamento.

Quanto se abstrai a informação para se identificar sobre a participação da mãe o Distrito Administrativo do Guamá contribui com relação aos demais com 25,7% e com a menor parcela de contribuição está do Distrito de Mosqueiro.

1.12. Condição educacional das crianças e adolescentes em situação de rua

Do total de crianças e adolescentes entrevistados, 88,7% responderam que estudam e 11,3% dizem que não. É no Distrito Administrativo de Belém - DABEL com 16,2% e no Distrito Administrativo do Entroncamento - DAENT com 11,6% onde existe maior circulação de crianças e adolescentes em situação de rua que não estão estudando.

Tabela 15 – Criança e adolescente, por distrito administrativo, segundo situação escolar

Estuda?	Total Geral		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs.	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
SIM	2610	88,7	1006	83,8	417	93,9	278	90,3	260	90,6	268	88,4	243	94,2	55	96,5	83	96,5
NÃO	333	11,3	194	16,2	27	6,1	30	9,7	27	9,4	35	11,6	15	5,8	02	3,5	03	3,5
TOTAL	2943	100,0	1200	100	444	100	308	100	287	100	303	100	258	100	57	100	86	100

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

1.12.1. Para os que estudam: Horário em que estuda.

A maioria dos entrevistados, conforme Tabela 16, correspondendo a 44,9% declarou que estudam no período da tarde; 33,3% confirmaram que estudam pela manhã; 14,6% estudam no turno da noite; 6,7% no intermediário e 0,6% não responderam a pergunta. Esta informação é condizente quando cruzada com a concentração do trabalho no turno da manhã

Foram as crianças e adolescentes entrevistados nos Distritos Administrativos de Outeiro – DAOOUT (com 52,7%), no Distrito Administrativo do Entroncamento – DAENT (com 49,6%) e no Distrito Administrativo do Guamá (com 49,4%) – as que responderam, com maior frequência, que estudam no período da tarde.

Tabela 16 – Criança e adolescente, por distrito administrativo, segundo horário em que estuda

Horário em que estudam	Total Geral		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs.	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
MANHÃ	868	33,3	332	33,0	143	34,3	104	37,4	79	30,4	79	29,5	79	32,5	20	36,4	32	38,6
TARDE	1172	44,9	416	41,4	206	49,4	120	43,2	120	46,2	133	49,6	110	45,3	29	52,7	38	45,8
INTERMED.	174	6,7	65	6,5	25	6,0	16	5,8	25	9,6	09	3,4	22	9,1	04	7,3	08	9,6
NOITE	380	14,6	183	18,2	43	10,3	37	13,3	36	13,8	44	16,4	30	12,3	02	3,6	05	6,0
SEM RESP.	16	0,6	10	1,0	00	0,0	01	0,4	00	0,0	03	1,1	02	0,8	00	0,0	00	0,0
TOTAL	2610	100,0	1006	100	417	100	278	100	260	100	268	100	243	100	55	100	83	100

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

1.12.2. Crianças e adolescentes em situação de rua que não estudam

De acordo com a Tabela 17 foram 333 crianças e adolescentes que declararam que não estudam. Desse total, 264 (79,3%) disseram que já estudaram e os principais motivos que levaram a terem parado de estudar foram, o trabalho, desinteresse, por mudança de endereço/cidade, por problemas na escola/brigas, por vontade própria e por falta de vagas. Essas foram as citações mais expressivas.

Responderam que nunca foram para a escola 69 (20,7%) e as principais causas estão lidadas a não terem idade suficiente, por falta de documentos, por falta de vagas e situação econômica e social. Este um dado que precisa ser elevada a condição essencial, pois as causas podem ser consideradas e discutidas dentro da política de educação.

Esta condição de nunca terem estudado, quando especializados revelam que o DABEL concentra o maior percentual, com 24,7% e é expressivo notar que os Distritos de Outeiro e Mosqueiro não incidência de não estudo.

Infere-se daí que quanto maior a complexidade do espaço social da cidade, maior a possibilidade das questões sociais se tornarem mais densas e excludentes dos direitos sociais.

Tabela 17 – Criança e adolescente, por distrito administrativo, segundo condição escolar

Já estudou?	Total Geral		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs.	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
SIM	264	79,3	146	75,3	24	88,9	26	86,7	19	70,4	30	85,7	14	93,3	02	100	03	100
NÃO	69	20,7	48	24,7	03	11,1	04	13,3	08	29,6	05	14,3	01	6,7	00	0,0	00	0,0
TOTAL	333	100,0	194	100	27	100	30	100	27	100	35	100	15	100	02	100	03	100

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

1.12.3. Dos que já estudaram, quanto tempo faz que parou de estudar?

Conforme a Tabela 18, a maioria (51,5%) das crianças e adolescentes que pararam de estudar, declarou que estão fora da escola há um ano; 23,1% responderam que estão fora da escola há dois anos; 10,6% está há três anos; 5,3%

há quatro anos e 9,5% responderam que já está há mais de quatro anos fora da escola.

Tabela 18 – Criança e adolescente, por distrito administrativo, segundo tempo fora da escola

Tempo fora da escola	Total Geral		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs.	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
1 ANO	136	51,5	70	47,9	09	37,5	18	69,2	12	63,2	14	46,7	09	64,3	01	50,0	03	100
2 ANOS	61	23,1	35	24,0	08	33,3	02	7,7	05	26,3	08	26,7	02	14,3	01	50,0	00	0,0
3 ANOS	28	10,6	14	9,6	05	20,8	02	7,7	02	10,5	03	10,0	02	14,3	00	0,0	00	0,0
4 ANOS	14	5,3	05	3,4	01	4,2	04	15,4	00	0,0	03	10,0	01	7,1	00	0,0	00	0,0
+ DE 4	25	9,5	22	15,1	01	4,2	00	0,0	00	0,0	02	6,7	00	0,0	00	0,0	00	0,0
TOTAL	264	100,0	146	100	24	100	26	100	19	100	30	100	14	100	02	100	03	100

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

1.12.4. Porque a criança e o adolescente pararam de estudar?

A tabela 19 revela que o grande complicador e provocador da exclusão escolar é o trabalho, com 15,9% portanto, remete-se a saída da família, da escola a partir da possibilidade do apoio à família. Segue-se na mesma tabela uma informação que precisa ser considerada dentro da dinâmica da infância e juventude, que é a motivação para ir a escola e neste caso, 11,4% apontaram o desinteresse e a preguiça como fator de abandono dos estudos..

Tabela 19 – Frequência de motivos para estar fora da escola

MOTIVOS	FREQ.	%
Por causa do trabalho	42	15,9
Desinteresse/preguiça	30	11,4
Por mudança de cidade/endereço	21	8,0
Violência/desavença na escola	17	6,4
Por vontade própria	16	6,1
Por falta de vagas	15	5,7
Por motivo de viagem	13	4,9
Sem resposta	12	4,5
Para ajudar no sustento da família	09	3,4
Falta de condições econômicas e sociais	08	3,0
Não tem apoio da família	07	2,7
Desagregação familiar	06	2,3
Por motivo de doença	06	2,3
Fuga do lar	06	2,3
Por causa do vício/drogas	06	2,3
Falta de documentos/certidão	05	1,9
Falecimento de parentes	05	1,9
Não sabe/não lembra	05	1,9
Mora na rua/prefere ficar na rua	04	1,5
Não tem endereço fixo	04	1,5

Porque engravidou	04	1,5
Desistência	03	1,1
Por deficiência física	03	1,1
Por repetência	03	1,1
Por causa da distância entre casa e escola	02	0,8
Não adaptou-se nos colégios	02	0,8
Influência dos colegas	02	0,8
Outras respostas	08	3,2
TOTAL	264	100,3

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

1.12.5. Para os que nunca estudaram

As causas declaradas pelas crianças e adolescentes para nunca terem estudados estão associados em primeiro por não ter a idade suficiente, neste caso é a precariedade que a situação de rua impõe, pois estão abaixo da faixa etária educacional e estão nas ruas, estes chegam a 24,6%..

Tabela 20 – Frequência dos motivos para nunca ter estudado

MOTIVOS	FREQ.	%
Não tem idade suficiente para estudar	17	24,6
Falta de documentos /certidão	10	14,5
Por deficiência física	04	5,8
Por falta de vagas	03	4,3
Falta de condições econômicas e sociais	03	4,3
Prefere ficar na rua / mora na rua	02	2,9
Não tem apoio da família	02	2,9
Por causa do trabalho	02	2,9
Não sabe / Não lembra	02	2,9
Desagregação familiar	01	1,4
Por vontade própria	01	1,4
Desinteresse / Preguiça	01	1,4
Por causa da distância	01	1,4
Sem resposta	20	29,0
TOTAL	69	99,7

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

1.13. Quantos dias da semana o entrevistado vai para a rua?

Dos entrevistados, 37,9% responderam que vão para as ruas todos os dias; 17,1% estão nas ruas somente nos finais de semana e 11,7% sempre estão nas ruas três dias na semana. Essas são as frequênc

Tabela 21 – Criança e adolescente, por distrito administrativo, segundo dias da semana em que ficam fora de casa

Dias da semana em que fica na rua	Total Geral		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Todos os dias	1114	37,9	363	30,3	208	46,8	143	46,4	154	53,7	91	30,0	124	48,1	09	15,8	22	25,6
Final de semana	504	17,1	163	13,6	77	17,3	52	16,9	37	12,9	56	18,5	47	18,2	29	50,9	43	50,0
Três dias da semana	345	11,7	156	13,0	53	11,9	27	8,8	30	10,5	33	10,9	38	14,7	06	10,5	02	2,3
Dois dias da semana	306	10,4	149	12,4	43	9,7	30	9,7	21	7,3	34	11,2	11	4,3	02	3,5	16	18,6
1 Dia na semana	232	7,9	146	12,2	17	3,8	22	7,1	07	2,4	24	7,9	05	1,9	10	17,5	01	1,2
6 Dias na semana	224	7,6	118	9,8	20	4,5	16	5,2	15	5,2	37	12,2	17	6,6	00	0,0	01	1,2
5 Dias na semana	91	3,1	43	3,6	07	1,6	08	2,6	08	2,8	16	5,3	09	3,5	00	0,0	01	1,2
4 Dias na semana	86	2,9	44	3,7	10	2,3	04	1,3	12	4,2	12	4,0	02	0,8	01	1,8	01	1,2
Sem resposta	41	1,4	18	1,5	09	2,0	06	1,9	03	1,0	00	0,0	05	1,9	00	0,0	00	0,0
TOTAL	2943	100,0	1200	100	444	100	308	100	287	100	303	100	258	100	57	100	86	100

Fonte: UFPA/Observatório Paraense de Políticas Municipais/ACERTAR - 2003

1.13.1. Número de horas que o entrevistado passa na rua por dia.

Pela tabela abaixo podemos identificar o tempo de permanência dos entrevistados nas ruas, com destaque para aqueles que permanecem de 4 a 6 horas que foram representados pela maioria no levantamento, totalizando 34%.

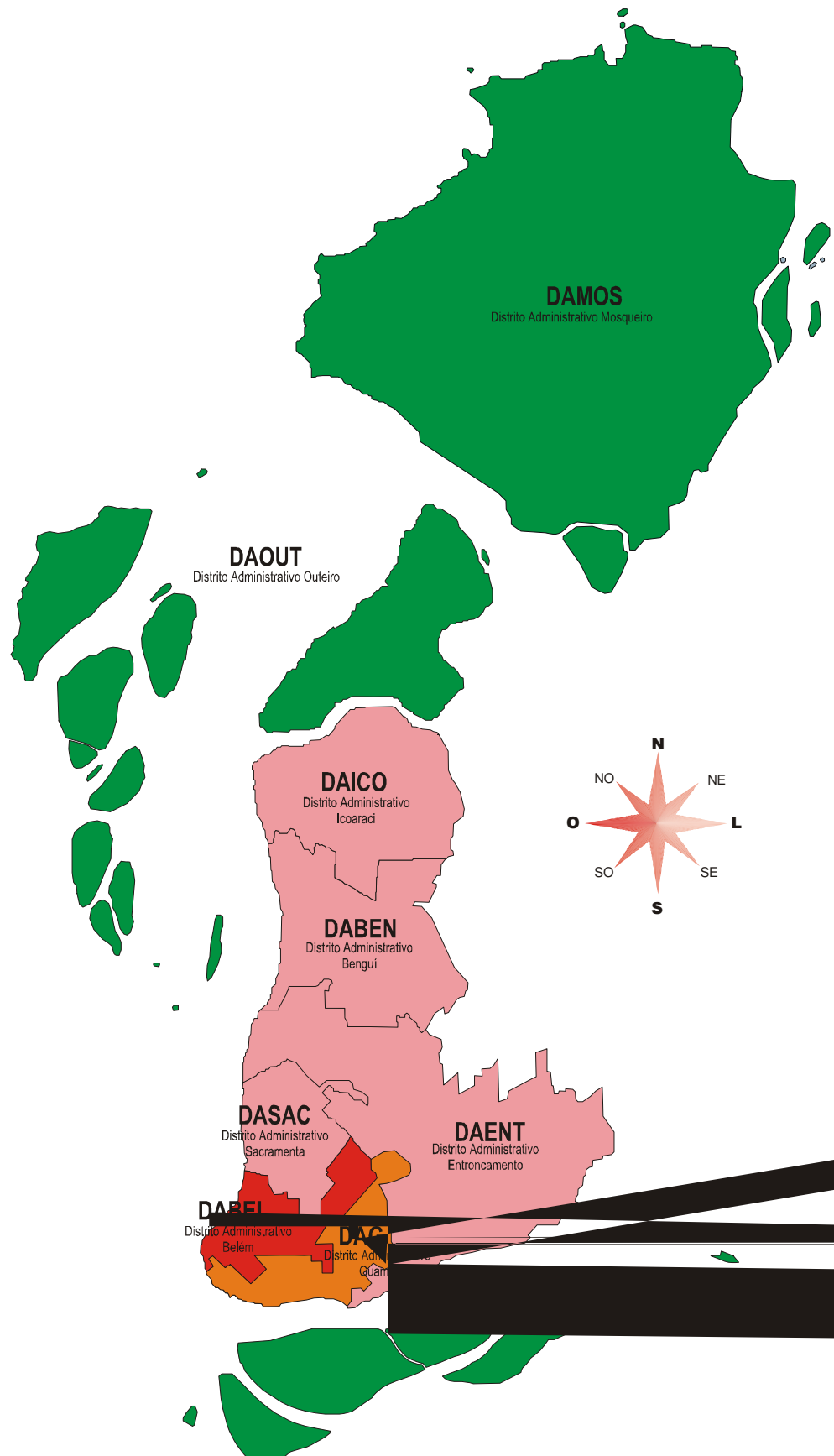
Tabela 22 – Criança e adolescente, por distrito administrativo, segundo horas de permanência na rua

Horas de permanência na rua por dia	Total Geral		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1 a 2 horas	216	7,3	65	5,4	62	14,0	30	9,7	18	6,3	18	5,9	16	6,2	04	7,0	03	3,5
+ de 2 a 4 h	742	25,2	262	21,8	130	29,3	109	35,4	74	25,8	69	22,8	64	24,8	15	26,3	19	22,1
+ de 4 a 6 h	1002	34,0	373	31,1	160	36,0	108	35,1	128	44,6	97	32,0	83	32,2	17	29,8	36	41,9
+ de 6 a 8 h	467	15,9	221	18,4	54	12,2	32	10,4	28	9,8	42	13,9	55	21,3	12	21,1	23	26,7
+ de 8 a 10 h	228	7,7	120															

Tabela 23 – Criança e adolescente, por distrito administrativo, segundo rendimento mensal

Ganho por mês nas ruas	Total		DABEL		DAGUA		DASAC		DABEN		DAENT		DAICO		DAOUT		DAMOS	
	Abs	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%

Fig. 09 - Espacialização das crianças e adolescentes em situação de rua no município de Belém, segundo Distritos Administrativos com menos de um salário mínimo



Considerações Gerais

O tema central desta dissertação foi o estudo da espacialidade da questão social na dimensão intra-urbana do Município de Belém. Trata-se de um tema de reduzida visibilidade na área das políticas sociais, principalmente nesta que é parte integrante do objeto, a situação de rua que envolve a criança e adolescente. Isto se traduz na escassez das sistematizações das bases de dados das questões sociais.

A perspectiva adota foi a de correlacionar três grandes temas que podem estar imbricados na formulação de uma metodologia de estudo sobre a questão social, quais sejam: o espaço público, a espacialização intra-urbana e a questão social da situação de rua.

As apreensões derivadas das perceptivas que adensaram esta abordagem remeteram à fundamentação do público enquanto espaço das reproduções das relações sociais e que de modo geral se constituem em perspectiva de reprodução das bases capitalistas.

As apreensões que derivaram dessa perspectiva direcionaram a afirmação de algo eminente óbvio, mas detalhados em níveis de informações que consolidam as violências que as ações humanas constituem principalmente quando negam as possibilidades do exercício mínimo da cidadania.

Derivou-se ainda, a compreensão da formação urbana e dos espaços que as cidades constituem e, em particular, uma cidade que está na região amazônica e que se moveu e se move dentro das contradições que as produções capitalistas desenvolveram.

Dentro dos estudos apontados, sistematizados e analisados, pôde-se compreender que a formação intra-urbana da cidade de Belém é singular e suas formações econômicas e sociais produzem matizes diferenciadas das segregações sociais e se espacializam a partir das determinações movidas pelo capital.

Dentro dessa lógica, obviamente não se pôde inferir, dada a temporalidade, mas aponta-se neste cenário enquanto problema para ser discutido, investigado e sistematizado o momento da formação da questão social que envolve as crianças e adolescentes em situação de rua a cidade de Belém, dada a historicidade que permitiu revelar que as segregações sociais são determinadas dentro do processo histórico da formação urbana e dos espaços das cidades.

A compreensão que se revelou dentro das espacializações intra-urbanas da cidade foi determinante para se desenhar e cartografar uma matriz de análise que permitiu correlacionar as formações fixas e dos seus fluxos enquanto constituintes dos cenários.

Outra dimensão determinante é a base que suscitou à experiência da espacialização de uma questão social, neste caso a situação de rua. Revelou-se que há possibilidade de se constituir uma metodologia que em certo nível de especificidade pode-se adotar à outras questões que sejam determinantes as compreensões das realidades sociais dos segmentos que se tornam excluídos dos direitos sociais.

Em nível de prospecção abstrai-se dessa dissertação uma proposta que já se iniciou a partir de uma experiência do exercício acadêmico, que é a criação de um sistema de informação municipal e, neste caso, a questão social pode ser um dos eixos que venha a se constituir enquanto área de informação.

É imprescindível salientar que há dois caminhos para reafirmar a idéia central dessa dissertação, que é a confirmação da importância da espacialização das questões sociais.

O primeiro caminho é a constituição de banco de dados de informações secundárias e que subsidiarão a formulação de indicadores intra-urbanos, no caso a base de dados dos Setores Censitários do IBGE que possui micro dados dos municípios brasileiros e que podem ser amplamente qualificado nas estruturas das análises pretendidas.

O segundo caminho é a formação das bases a partir das pesquisas primárias das questões sociais que não podem reveladas com precisões, dada as ausências de peculiaridades de cada uma. O que se verificou nesta dissertação, a exploração de dados que puderam ser decodificados e micro-relacionados e cruzados em diversos aspectos, que por sinal pode-se ainda a partir da base existente revelar outras realidades da questão social estudada.

Talvez, pareça especulação metodológica, mas de fato as informações contidas nesta dissertação passam por uma singularidade que permita aos formuladores de políticas a construção de estratégias que levem as possibilidades das alterações dos quadros existentes.

Bibliografia

- ARENDDT, Hannah. A condição Humana. Introdução de Celso Lafer. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991.
- BELÉM, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM. BELÉM. 2000. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento, 2000
- BELÉM, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM. BELÉM. V.2, 1995. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento, 1995.
- BELÉM, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. Diagnóstico Institucional para Apoiar a Elaboração do Plano Estratégico Municipal para Assentamento Subnormais. Belém, 2000
- _____. Fundação Papa João XXIII. Crianças e adolescentes em situação de rua no Município de Belém. Belém, 1994.
- BRASIL, Marília Carvalho. Os fluxos migratórios na região norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. www.fundaj.gov.br/docs/text/mabrasil.doc acessado em 20 de fevereiro de 2007.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Trad. Arlene Caetano, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (Coleção pensamento crítico, v:48)
- _____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BÓGUS, Lucia, YAZBEK, Maria Carmelita & BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela (orgs.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 1997, pp. 161-190.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org's). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

- CORRÊA, Antônio Lamarão et al. *Primeira Léngua Patrimonial de Belém: análise de variáveis de reestruturação intra-urbana*. In: TRAÇOS. *Revista do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia*. Belém: UNAMA, v. 2, nº 4, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios)
- _____. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989a. (Série Princípios)
- _____. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- COSTA, Heloísa Lara Campos da et al. *Políticas Públicas, desigualdades Sociais e Crianças no Amazonas* - Belém: UNAMAZ, FUA,UFPa, 1993.
- DI PAOLO, Pasquale. *A mediação política em Belém do Pará: um ensaio de sociologia política*. Belém: UFPa/CFCH, 1988.
- DINIZ, Eli (Org). *Políticas Públicas para áreas Urbanas: Dilemas e Alternativas*. Debates Urbanos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- LEAL, Aluizio Lins. *Uma sinopse histórica da Amazônia*. São Paulo, 1991 (inédito) [s.n] reprodução eletrônica.
- LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*, Trad. Estela dos Santos Abreu, 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A História Social e Econômica da Amazônia*. In: PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. *Estudos e Problemas Amazônicos: História Social e Econômica e Temas Especiais* - 2ª ed. Belém: CEJUP, 1992.
- OLIVEIRA, Juarez de Castro; FERNANDES Fernando. *Metodologia e Considerações acerca da Projeção da População do Brasil: 1980 - 2020*. In: SÃO PAULO EM PERSPECTIVA - Tendências Demográficas: reestruturação produtiva. São Paulo: Fundação SEAD, Vol. 10, Nº 2/ Abr-Jun / 1996.
- RAICHELIS, Raquel. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social*. São Paulo/SP, ed. Cortez, 2ª edição, 2000.

- RODRIGUES, Edmilson Brito. Espaço Ambiente Intra-Urbano de Belém e Qualidade de Vida dos Trabalhadores. Dissertação (Mestrado). PLADES/NAEA/UFPa, 1995.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 2ª Ed. 1997.
- _____. Espaço e sociedade: ensaios. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- SANTOS, Roberto Araújo dos. História Econômica da Amazônia: 1800 -1920. São Paulo: T.a.Queiroz, 1980.
- TOURINHO, Helena Lúcia Zagury et al. Região Metropolitana de Belém: indicadores de qualidade de vida urbana. Belém, 2000. (no prelo)
- TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.
- _____. Agentes, redes e territorialidades urbanas. In: Território/Laget, UFRJ. Rio de Janeiro: Gramond, 1998. Ano III, nº 5 (jul/dez. 1998).